

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	11
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	12
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	13
Demonstração de Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	16
Balanço Patrimonial Passivo	18
Demonstração do Resultado	20
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	24
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	25
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	29
Notas Explicativas	43

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	124
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	126
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	127

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente
--

128

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	282
Preferenciais	58
Total	340
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Dividendo		Ordinária		125,39269
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Dividendo		Preferencial		137,93196
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		10,58706
Assembléia Geral Ordinária	18/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		11,64577

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	1.372.238	1.180.207	1.089.840
1.01	Ativo Circulante	210.985	192.817	234.012
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	96.000	78.379	102.796
1.01.03	Contas a Receber	74.351	85.076	100.180
1.01.03.01	Clientes	74.351	85.076	100.180
1.01.03.01.01	Contas a Receber	74.351	85.076	100.180
1.01.04	Estoques	477	592	2.998
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.668	15.114	15.361
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.668	15.114	15.361
1.01.06.01.01	Tributos a recuperar	9.286	15.114	14.242
1.01.06.01.02	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.382	0	1.119
1.01.07	Despesas Antecipadas	4.031	1.868	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.458	11.788	12.677
1.01.08.03	Outros	24.458	11.788	12.677
1.01.08.03.01	Títulos a receber de partes relacionadas	3.739	2.849	2.425
1.01.08.03.02	Dividendos	16.822	6.570	5.431
1.01.08.03.03	Outros créditos	3.897	2.369	4.821
1.02	Ativo Não Circulante	1.161.253	987.390	855.828
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	141.780	96.726	121.442
1.02.01.06	Tributos Diferidos	47.548	43.703	69.680
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	47.548	43.703	69.680
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	39.887	2.662	5.617
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	39.887	2.662	5.617
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	54.345	50.361	46.145
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	16.404	14.055	13.036
1.02.01.09.04	Depositos judiciais	37.005	34.798	31.852
1.02.01.09.05	Outros credits	936	1.508	1.257
1.02.02	Investimentos	458.369	400.210	256.365

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02.01	Participações Societárias	458.369	400.210	256.365
1.02.03	Imobilizado	464.824	413.773	417.420
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	297.275	304.524	274.320
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	167.549	109.249	143.100
1.02.04	Intangível	96.280	76.681	60.601
1.02.04.01	Intangíveis	96.280	76.681	60.601
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	34.877	15.014	17.785
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	40.432	40.696	21.845
1.02.04.01.03	Ágio em Investimentos	20.971	20.971	20.971

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	1.372.238	1.180.207	1.089.840
2.01	Passivo Circulante	284.274	266.264	230.073
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	27.594	24.660	22.853
2.01.02	Fornecedores	32.268	35.016	36.535
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.989	29.425	27.234
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.575	11.723	9.169
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	2.551	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	6.210	6.165	6.413
2.01.03.01.03	Tributos Parcelados	3.365	3.007	2.756
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	17.041	17.425	17.701
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	373	277	364
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	137.814	87.970	60.171
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.248	38.142	46.671
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.248	35.027	46.671
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	3.115	0
2.01.04.02	Debêntures	84.520	49.721	11.722
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.046	107	1.778
2.01.05	Outras Obrigações	59.609	89.193	83.280
2.01.05.02	Outros	59.609	89.193	83.280
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	36.274	31.956	17.448
2.01.05.02.04	Fornecedores de Equipamentos	339	4.454	3.786
2.01.05.02.05	Obrigações com Tráfego de Interconexão e Cob. Conj.	18.034	22.832	34.604
2.01.05.02.06	Valores a Restituir aos Acionistas	0	15.404	15.551
2.01.05.02.07	Concessão de Serviços de Telecomunicações a Pagar	22	7.120	2.460
2.01.05.02.08	Outros	4.940	7.427	9.431
2.02	Passivo Não Circulante	554.422	472.325	501.491
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	425.418	367.086	396.534
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	282.450	152.781	146.414

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	282.450	152.781	146.414
2.02.01.02	Debêntures	142.857	214.286	250.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	111	19	120
2.02.02	Outras Obrigações	1.331	15.584	17.745
2.02.02.02	Outros	1.331	15.584	17.745
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	1.331	15.584	17.745
2.02.03	Tributos Diferidos	26.776	20.561	20.593
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26.776	20.561	20.593
2.02.04	Provisões	100.897	69.094	66.619
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	95.782	68.158	66.483
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	61.318	38.490	36.058
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.175	4.309	5.365
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	31.289	25.359	25.060
2.02.04.02	Outras Provisões	5.115	936	136
2.02.04.02.04	Fornecedores de Equipamentos	0	0	136
2.02.04.02.06	Outras Obrigações	5.115	936	0
2.03	Patrimônio Líquido	533.542	441.618	358.276
2.03.01	Capital Social Realizado	271.641	271.641	271.641
2.03.04	Reservas de Lucros	234.702	142.234	58.912
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	220.877	129.849	51.378
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.825	12.385	7.534
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.199	27.743	27.723

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	745.325	739.318	738.998
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-401.993	-421.150	-419.119
3.03	Resultado Bruto	343.332	318.168	319.879
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-133.774	-110.558	-159.227
3.04.01	Despesas com Vendas	-117.624	-111.719	-115.647
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-91.182	-89.146	-86.758
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-83.186	-81.459	-81.239
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	-7.996	-7.687	-5.519
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	21.499	14.627	25.331
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-23.678	-14.254	-24.691
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.211	89.934	42.538
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	209.558	207.610	160.652
3.06	Resultado Financeiro	-57.119	-44.140	-46.169
3.06.01	Receitas Financeiras	14.116	18.591	30.181
3.06.02	Despesas Financeiras	-71.235	-62.731	-76.350
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	152.439	163.470	114.483
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.775	-40.117	-42.730
3.08.01	Corrente	-22.340	-15.477	-12.183
3.08.02	Diferido	7.565	-24.640	-30.547
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	137.664	123.353	71.753
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	137.664	123.353	71.753
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	404,42	362,38	210,79
3.99.01.02	PN	404,42	362,38	210,79
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	404,42	362,38	210,79
3.99.02.02	PN	404,42	362,38	210,79

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	137.664	123.353	71.753
4.03	Resultado Abrangente do Período	137.664	123.353	71.753

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	177.171	202.456	144.880
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	250.118	216.678	194.481
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	137.664	123.353	71.753
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	70.205	83.784	80.286
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-77.211	-89.934	-42.538
6.01.01.05	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	35	61	0
6.01.01.06	Encargos Financeiros	57.089	50.085	33.036
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.404	7.337	12.996
6.01.01.08	Baixas de Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido	3.984	24.640	30.466
6.01.01.09	Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	27.624	1.905	-3.782
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social	22.340	15.447	12.264
6.01.01.11	Baixa de Investimentos	984	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-72.947	-14.222	-49.601
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	3.321	22.441	-7.850
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	115	2.406	-839
6.01.02.03	Aumento em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	3.479	-1.891	-4.575
6.01.02.04	Aumento em Depósitos Judiciais	-2.207	-2.946	-3.822
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulante e Não Circulante	-3.235	-12.490	-1.401
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	-2.748	-1.519	-26.803
6.01.02.07	Aumento em Obrigações Sociais	2.934	1.807	1.572
6.01.02.08	Aumento em Obrigações Fiscais	-16.689	-7.020	1.074
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulante e Não Circulante	-42.273	-6.613	4.111
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-15.644	-8.397	-11.068
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-134.320	-153.250	-90.805
6.02.01	Investimentos em Controladas	0	-64.000	-12.000
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-140.890	-94.681	-83.290
6.02.03	Dividendos Recebidos	6.570	5.431	4.485
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-25.230	-73.623	15.489

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.03.01	Amortização de Empréstimos - Principal e Juros, Líquido	53.531	-47.708	40.072
6.03.02	Adição (Amortização) de Fornecedores Financiamentos - Principal e Juros	-33	-672	-13.599
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-41.845	-25.243	-10.984
6.03.04	Aumento de Mútuo Ativo	-36.883	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.621	-24.417	69.564
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	78.379	102.796	33.232
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	96.000	78.379	102.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.740	0	-45.740
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.355	0	-33.355
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-13.825	0	-13.825
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	13.825	0	13.825
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-12.385	0	-12.385
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.664	0	137.664
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.664	0	137.664
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.468	-91.924	-544	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.884	-6.884	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	85.584	-85.584	0	0
5.06.05	Realização dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	544	-544	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.406	0	-38.406
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.872	0	-30.872
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-12.385	0	-12.385
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	12.385	0	12.385
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-7.534	0	-7.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.353	0	123.353
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.353	0	123.353
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.322	-84.947	20	-1.605
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.168	-6.168	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	77.154	-77.154	0	0
5.06.05	Realização dos Ajustes de Custo Atribuído	0	0	0	-1.758	0	-1.758
5.06.06	Ajustes de Lucros Não Realizados - CPCs	0	0	0	133	0	133
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	20	20
5.07	Saldos Finais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	271.641	0	35.101	-29.713	29.083	306.112
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	271.641	0	35.101	-29.713	29.083	306.112
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-19.614	0	-19.614
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-18.898	0	-18.898
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-7.534	0	-7.534
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	7.534	0	7.534
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-716	0	-716
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.630	-877	71.753
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.753	0	71.753
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	877	-877	0
5.05.02.07	Realização dos ajustes do Custo Atribuído	0	0	0	877	-877	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.811	-23.303	-483	25
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.417	-3.417	0	0
5.06.05	Ajuste de Lucros Não Realizados - CPCs	0	0	0	508	0	508
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	20.394	-20.394	0	0
5.06.07	Atribuição a Não Controladores Admitidos em Controlada	0	0	0	0	-483	-483
5.07	SalDOS Finais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	1.024.495	1.007.651	1.016.229
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.002.889	995.983	1.000.217
7.01.02	Outras Receitas	29.010	19.006	29.008
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-7.404	-7.338	-12.996
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-426.375	-419.781	-440.808
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-296.196	-301.889	-319.662
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-130.179	-117.892	-121.146
7.03	Valor Adicionado Bruto	598.120	587.870	575.421
7.04	Retenções	-70.205	-83.784	-80.286
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-70.205	-83.784	-80.286
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	527.915	504.086	495.135
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	91.327	108.525	72.719
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	77.211	89.934	42.538
7.06.02	Receitas Financeiras	14.116	18.591	30.181
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	619.242	612.611	567.854
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	619.242	612.611	567.854
7.08.01	Pessoal	90.317	89.680	71.460
7.08.01.01	Remuneração Direta	76.634	76.304	65.273
7.08.01.02	Benefícios	8.127	8.581	1.635
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.556	4.795	4.552
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	292.661	311.334	322.936
7.08.02.01	Federais	79.408	99.769	105.794
7.08.02.02	Estaduais	212.797	211.182	214.799
7.08.02.03	Municipais	456	383	2.343
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	98.600	88.243	101.705
7.08.03.01	Juros	71.235	62.731	76.350
7.08.03.02	Aluguéis	27.365	25.512	25.355
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	137.664	123.354	71.753

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.765	7.150	15.969
7.08.04.02	Dividendos	29.591	23.722	10.641
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	104.308	92.482	45.143

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	2.046.485	1.766.689	1.608.353
1.01	Ativo Circulante	495.591	468.888	423.522
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	178.253	189.991	47.563
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	0	115.022
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	0	0	115.022
1.01.03	Contas a Receber	239.728	225.358	207.281
1.01.03.01	Clientes	239.728	225.358	207.281
1.01.03.01.01	Contas a Receber	239.728	225.358	207.281
1.01.04	Estoques	11.742	8.222	10.892
1.01.06	Tributos a Recuperar	39.809	27.073	27.283
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	39.809	27.073	27.283
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	39.809	27.073	25.433
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	0	0	1.850
1.01.07	Despesas Antecipadas	14.130	5.208	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.929	13.036	15.481
1.01.08.03	Outros	11.929	13.036	15.481
1.01.08.03.01	Títulos a Receber de Partes Relacionadas	1.445	5.742	5.043
1.01.08.03.02	Outros	10.484	7.294	10.438
1.02	Ativo Não Circulante	1.550.894	1.297.801	1.184.831
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	227.254	202.706	195.097
1.02.01.06	Tributos Diferidos	107.778	91.968	102.377
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	107.778	91.968	102.377
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.805	2.662	5.617
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2.805	2.662	5.617
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	116.671	108.076	87.103
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	29.902	28.715	20.662
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	83.747	74.884	64.323
1.02.01.09.05	Outros Créditos	3.022	4.477	2.118

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.02	Investimentos	79	199	31
1.02.02.01	Participações Societárias	79	199	31
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	79	199	31
1.02.03	Imobilizado	1.068.518	896.384	835.945
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	653.636	660.469	589.949
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	414.882	235.915	245.996
1.02.04	Intangível	255.043	198.512	153.758
1.02.04.01	Intangíveis	255.043	198.512	153.758
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	107.993	67.406	80.143
1.02.04.01.02	Sistemas Aplicativos	93.422	77.478	37.718
1.02.04.01.03	Ágios em Investimentos	53.628	53.628	35.897

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	2.046.485	1.766.689	1.608.353
2.01	Passivo Circulante	546.144	572.231	482.006
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	107.891	92.359	74.312
2.01.02	Fornecedores	116.589	111.393	93.955
2.01.03	Obrigações Fiscais	57.097	68.633	55.959
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.737	41.227	29.552
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	809	8.479	0
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	18.411	15.964	13.911
2.01.03.01.03	Tributos Parcelados	7.517	16.784	15.641
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	27.537	25.256	24.962
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.823	2.150	1.445
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	185.042	169.459	145.907
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	96.217	118.475	129.749
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	96.217	115.360	119.614
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	3.115	10.135
2.01.04.02	Debêntures	84.520	49.721	11.722
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.305	1.263	4.436
2.01.05	Outras Obrigações	79.525	130.387	111.873
2.01.05.02	Outros	79.525	130.387	111.873
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.742	32.099	17.451
2.01.05.02.04	Fornecedores de Equipamentos	339	9.599	4.869
2.01.05.02.05	Obrigações com Tráfego de Interconexão e Cob. Conj.	19.447	32.386	41.930
2.01.05.02.06	Valores a Restituir a Acionistas	0	28.634	28.913
2.01.05.02.07	Concessão de Serviços de Telecomunicações a Pagar	3.457	12.024	7.235
2.01.05.02.08	Outros	18.540	15.645	11.475
2.02	Passivo Não Circulante	920.997	725.782	747.875
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	604.851	488.393	527.526
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	461.563	273.920	276.156

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	461.563	273.920	276.156
2.02.01.02	Debêntures	142.857	214.286	250.000
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	431	187	1.370
2.02.02	Outras Obrigações	25.596	32.894	36.866
2.02.02.02	Outros	25.596	32.894	36.866
2.02.02.02.03	Tributos Parcelados	25.596	32.894	36.866
2.02.03	Tributos Diferidos	62.493	47.368	44.485
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.493	47.368	44.485
2.02.04	Provisões	223.464	150.336	130.010
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	186.923	138.936	128.271
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	130.510	91.221	77.882
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.921	19.067	18.853
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.492	28.648	31.536
2.02.04.02	Outras Provisões	36.541	11.400	1.739
2.02.04.02.04	Fornecedores de Equipamentos	0	0	444
2.02.04.02.05	Autorizacao de Servicos de Telecomunicacoes a Pagar	24.530	0	0
2.02.04.02.06	Fornecedores	2.610	3.747	0
2.02.04.02.07	Outras Obrigações	9.401	7.653	1.295
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	4.593	6.791	8.988
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	4.593	6.791	8.988
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	579.344	468.676	378.472
2.03.01	Capital Social Realizado	271.641	271.641	271.641
2.03.04	Reservas de Lucros	234.702	142.234	58.912
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	220.877	129.849	51.378
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	13.825	12.385	7.534
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	27.199	27.743	27.723
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	45.802	27.058	20.196

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.682.158	1.510.744	1.369.848
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.005.724	-883.115	-825.325
3.03	Resultado Bruto	676.434	627.629	544.523
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-410.929	-369.163	-330.832
3.04.01	Despesas com Vendas	-243.894	-224.369	-189.773
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-169.527	-153.229	-148.114
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-156.134	-140.709	-139.100
3.04.02.02	Honorários da Diretoria e Conselho de Administração	-13.393	-12.520	-9.014
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	42.491	30.323	48.676
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-39.999	-21.888	-41.621
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	265.505	258.466	213.691
3.06	Resultado Financeiro	-87.452	-67.286	-76.003
3.06.01	Receitas Financeiras	31.435	35.272	41.480
3.06.02	Despesas Financeiras	-118.887	-102.558	-117.483
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	178.053	191.180	137.688
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-33.669	-60.157	-62.465
3.08.01	Corrente	-45.977	-42.056	-27.702
3.08.02	Diferido	12.308	-18.101	-34.763
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.384	131.023	75.223
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	144.384	131.023	75.223
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.664	123.353	71.753
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.720	7.670	3.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	144.384	131.023	75.223
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	144.384	131.023	75.223
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	137.664	123.353	71.753
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6.720	7.670	3.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	331.267	388.671	315.096
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	494.230	435.763	349.516
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	144.384	131.023	75.223
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	144.815	150.237	148.423
6.01.01.05	Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	-1.315	414	0
6.01.01.06	Encargos Financeiros	87.453	74.242	45.264
6.01.01.07	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	15.883	12.538	23.109
6.01.01.08	Baixas de Contribuição Social e Imposto de Renda Diferido	9.046	18.101	34.763
6.01.01.09	Constituição (Reversão) de Provisão para Contingências	47.987	7.152	-4.968
6.01.01.10	Imposto de Renda e Contribuição Social	45.977	42.056	27.702
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-162.963	-47.092	-34.420
6.01.02.01	(Aumento) Redução em Contas a Receber	-30.253	-30.615	-21.662
6.01.02.02	(Aumento) Redução em Estoques	-3.520	2.670	-1.646
6.01.02.03	Aumento em Tributos a Recuperar de Circulante e Não Circulante	-13.923	-9.693	-7.247
6.01.02.04	Aumento em Depósitos Judiciais	-8.863	-10.561	-11.381
6.01.02.05	Redução (Aumento) em Outros Ativos Circulante e Não Circulante	-7.545	-90	-3.506
6.01.02.06	Aumento (Redução) em Fornecedores	5.196	21.185	-11.880
6.01.02.07	Aumento em Obrigações Sociais	15.532	18.047	12.928
6.01.02.08	Aumento em Obrigações Fiscais	-18.834	-5.290	30.708
6.01.02.09	Aumento (Redução) em Outros Passivos Circulante e Não Circulante	-66.474	-4.681	5.080
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, pagos	-34.279	-28.064	-25.814
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-372.584	-260.314	-175.423
6.02.01	Investimentos em Controladas	-185	-4.469	0
6.02.02	Ativo Imobilizado e Intangível	-372.399	-255.845	-175.423
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.579	-100.951	-28.429
6.03.01	Amortização de Empréstimos - Principal e Juros, Líquido	53.413	-80.454	37.415
6.03.02	Adição (Amortização) de Fornecedores Financiamentos - Principal e Juros	18.082	4.746	-53.988
6.03.03	Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-41.916	-25.243	-11.856

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.738	27.406	111.244
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	189.991	162.585	51.341
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	178.253	189.991	162.585

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-45.740	0	-45.740	12.024	-33.716
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-33.355	0	-33.355	-1.344	-34.699
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-13.825	0	-13.825	0	-13.825
5.04.09	Dividendos Propostos Adicionais	0	0	0	13.825	0	13.825	0	13.825
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-12.385	0	-12.385	0	-12.385
5.04.11	Integralização de Capital em Controlada por não Controladores	0	0	0	0	0	0	13.368	13.368
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	137.664	0	137.664	6.720	144.384
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	137.664	0	137.664	6.720	144.384
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	92.468	-91.924	-544	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.884	-6.884	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	85.584	-85.584	0	0	0	0
5.06.05	Realização dos ajustes de custo atribuído	0	0	0	544	-544	0	0	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	234.702	0	27.199	533.542	45.802	579.344

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276	20.196	378.472
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276	20.196	378.472
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-38.406	0	-38.406	0	-38.406
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-30.872	0	-30.872	0	-30.872
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-12.385	0	-12.385	0	-12.385
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	12.385	0	12.385	0	12.385
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-7.534	0	-7.534	0	-7.534
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	123.353	0	123.353	7.670	131.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	123.353	0	123.353	7.670	131.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	83.322	-84.947	20	-1.605	-808	-2.413
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	6.168	-6.168	0	0	0	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	77.154	-77.154	0	0	0	0
5.06.05	Realização dos Ajustes dos Custos Atribuídos	0	0	0	-1.758	0	-1.758	-808	-2.566
5.06.06	Ajustes de Lucros não Realizados	0	0	0	133	0	133	0	133
5.06.07	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controladas	0	0	0	0	20	20	0	20
5.07	Saldos Finais	271.641	0	142.234	0	27.743	441.618	27.058	468.676

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	271.641	0	35.101	-29.713	29.083	306.112	16.208	322.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	271.641	0	35.101	-29.713	29.083	306.112	16.208	322.320
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-19.614	0	-19.614	0	-19.614
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-18.898	0	-18.898	0	-18.898
5.04.08	Proposta de Dividendos Adicionais	0	0	0	-7.534	0	-7.534	0	-7.534
5.04.09	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	7.534	0	7.534	0	7.534
5.04.10	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	0	-716	0	-716	0	-716
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	72.630	-877	71.753	3.470	75.223
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71.753	0	71.753	3.470	75.223
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	877	-877	0	0	0
5.05.02.07	Realização dos ajustes do Custo Atribuído	0	0	0	877	-877	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.811	-23.303	-483	25	518	543
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	3.417	-3.417	0	0	0	0
5.06.04	Realização dos Ajustes de Custo Atribuído	0	0	0	0	0	0	35	35
5.06.05	Ajuste de Lucros Não Realizados - CPCs	0	0	0	508	0	508	0	508
5.06.06	Retenção de Lucros	0	0	20.394	-20.394	0	0	0	0
5.06.07	Atribuição a Não Controladores Admitidos em Controlada	0	0	0	0	-483	-483	483	0
5.07	Saldos Finais	271.641	0	58.912	0	27.723	358.276	20.196	378.472

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	2.182.611	1.959.959	1.813.316
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.143.258	1.937.073	1.771.794
7.01.02	Outras Receitas	55.236	35.410	64.631
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-15.883	-12.524	-23.109
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-667.211	-621.113	-631.032
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-402.888	-417.607	-453.977
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-264.323	-203.506	-177.055
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.515.400	1.338.846	1.182.284
7.04	Retenções	-144.815	-150.237	-148.423
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-144.815	-150.237	-148.423
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.370.585	1.188.609	1.033.861
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.435	35.272	41.480
7.06.02	Receitas Financeiras	31.435	35.272	41.480
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.402.020	1.223.881	1.075.341
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.402.020	1.223.881	1.075.341
7.08.01	Pessoal	484.463	393.708	320.419
7.08.01.01	Remuneração Direta	383.701	315.708	259.042
7.08.01.02	Benefícios	71.976	57.055	42.796
7.08.01.03	F.G.T.S.	28.786	20.945	18.581
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	594.495	547.767	519.948
7.08.02.01	Federais	238.426	226.342	214.114
7.08.02.02	Estaduais	340.411	307.920	292.046
7.08.02.03	Municipais	15.658	13.505	13.788
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	179.191	151.385	159.751
7.08.03.01	Juros	118.887	102.558	117.483
7.08.03.02	Aluguéis	60.304	48.827	42.268
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	150.591	138.691	78.693
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.765	7.150	15.969

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.04.02	Dividendos	30.987	23.722	10.463
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	109.119	100.149	48.791
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	6.720	7.670	3.470
7.08.05	Outros	-6.720	-7.670	-3.470

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS:

A Administração da Algar Telecom ("Companhia", "Empresa", ou "Algar Telecom") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. Os valores monetários estão expressos em milhões de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 da Algar Telecom foi marcado por desafios que, mais uma vez, graças à visão de futuro que sempre fez parte de nossa trajetória, foram superados. Boa parte de nossas atenções esteve voltada para o que chamamos Expansão Minas, que envolve a ampliação de nossa área de atuação no varejo. O plano teve início em dezembro de 2010, quando adquirimos em leilão a concessão da Banda H, a última faixa de frequência disponível no País para a prestação de serviços de telecomunicações na plataforma 3G, em localidades que fazem divisa com municípios da área em que já atuamos.

Todo o processo foi apoiado em um plano de trabalho detalhado, na firme dedicação de nossos associados e na longa experiência advinda dos 58 anos de atuação na área, especialmente na criação de novas empresas de telecomunicações a partir do zero (projetos *green field*). Após cumprir todas as demandas de estrutura operacional e de pessoal, tivemos o grande prazer de vivenciar o sucesso obtido na primeira parte da expansão, chegando em dezenove novos municípios com pacotes com internet de qualidade, telefonia fixa, celular e TV via satélite.

Em sintonia com os ideais sustentáveis da Empresa, a oferta de expansão está baseada em tecnologia de ponta de nível internacional, que utiliza equipamentos que geram consumo de energia elétrica 30% menor quando comparados aos utilizados atualmente pelo mercado. Além disso, os novos escritórios estão preparados para oferecer excelência de serviço e atendimento e foram concebidos dentro de um conceito "regionalista". Em outras palavras, isso significa manter com os clientes das novas localidades o tipo de relacionamento próximo que faz parte do jeito de ser da Algar Telecom, respeitando as características específicas da cultura e dos hábitos regionais e, inclusive, priorizando a contratação de talentos humanos no local.

A infraestrutura de escritórios regionais que garante um relacionamento estreito com os clientes é também um de nossos valores agregados no segmento corporativo da área de autorização da Companhia. A oferta de soluções de voz e dados para médias e grandes empresas demonstrou, mais uma vez, evolução acelerada e encerrou o ano com taxa de crescimento de 32,9% em suas receitas. Embora tenha autorização para este tipo de oferta em todo o País, a estratégia adotada nos últimos anos tem sido levar um serviço que garanta velocidade e qualidade de dados, por meio de uma moderna rede IP, às regiões de maior interesse comercial ao redor de nosso *backbone* – atendendo 51 cidades dos estados de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, além do Distrito Federal.

A execução do plano de expansão de forma rápida e inovadora, o crescimento dos serviços oferecidos ao setor corporativo na área de autorização, assim como as outras metas atingidas e/ou superadas ao longo de 2011, comprovam a eficiência do modelo de gestão próprio que, ano após ano, contribui para consolidar o crescimento da Companhia. A Algar Telecom encerrou o ano de 2011 com receita líquida de R\$ 1,682 bilhão, o que representa aumento de 11,3% em relação ao desempenho anterior. O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 144,4 milhões, crescimento de 10,2% quando comparado ao de 2010.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

As conquistas comprovam a seriedade do desenvolvimento das estratégias estabelecidas para todos os segmentos da Empresa. Além dos avanços em Telecom, também impactaram significativamente a receita as realizações da área de Terceirização de processos de negócios e tecnologia. Os investimentos em infraestrutura e o esforço na busca de certificações possibilitaram entender e servir melhor as demandas do mercado e atrair novos clientes. Mais uma vez, também foi determinante para a agilidade e qualidade da nossa entrega o desempenho exemplar da Engeset. Ao mesmo tempo, a empresa com foco em engenharia de telecomunicações e atuação em todo o País, reafirmou sua capacidade de crescimento no mercado, ampliando sua carteira de clientes.

A Algar Mídia, por sua vez, aproveitou as oportunidades do setor de mídia digital e incrementou seu portfólio com a Rede Alooh, formada por 600 monitores de informação eletrônica instalados em áreas de grande circulação e concentração de pessoas. Chamada de Mídia Digital Out of Home, a solução demonstra grande potencial de crescimento nos próximos cinco anos.

Outras boas notícias ratificam o acerto das decisões estratégicas: a Algar Telecom mais uma vez ocupou o 1ª lugar em rentabilidade no *ranking* entre as Melhores e Maiores do Brasil 2011 – categoria telecomunicações, e teve seu *rating* elevado pelo segundo ano consecutivo pela conceituada agência Standard & Poor's. Baseada nos critérios de geração de caixa, diversificação de negócios e endividamento adequado, a classificação de risco da Companhia passou de "brA+" para "brAA-".

Também merece ser destacado que o crescimento operacional e econômico da Algar Telecom está alinhado às melhores práticas de governança corporativa, o que compreende a atuação de um Conselho de Administração e três comitês de assessoramento, incluindo, em um deles, o monitoramento de riscos. No tocante à equipe, contamos com uma política de Talentos Humanos focada na valorização dos associados por meio do desenvolvimento profissional e da satisfação pessoal.

Mantemos um modelo de gestão de pessoas baseado na meritocracia, no qual recompensamos a dedicação e o bom desempenho, e nos preocupamos verdadeiramente com o crescimento pessoal e profissional de nossos associados, afinal, a evolução de nossos profissionais e também das equipes que os mesmos integram colaboram significativamente para o desempenho da Companhia. Os investimentos em qualificação profissional, saúde e bem-estar, as oportunidades de crescimento definidas em plano de carreira e, principalmente, o bom relacionamento com os profissionais, têm mostrado resultados positivos. Em 2011, a Algar Telecom esteve, mais uma vez, no ranking das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, conferido pelo Great Place to Work Institute e Revista Época, e entre as Melhores Empresas de TI e Telecom para Trabalhar destacadas pelo Great Place to Work Institute em parceria com a ComputerWorld. Também receberam premiações similares a Algar Tecnologia (70 Melhores Empresas de TI e Telecom para Trabalhar) e a Algar Mídia (ranking das pequenas e médias Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil).

Outro índice que motiva a Empresa a praticar e disseminar continuamente suas crenças e valores é o de satisfação dos clientes. No último ano, a Algar Telecom obteve excelente desempenho em termos de classificação no Índice de Desempenho no Atendimento (IDA) avaliado pela Anatel, que mede a qualidade das operadoras de Telecom. A Empresa figurou constantemente nos 1^{os} e 2^{os} lugares em telefonia fixa LDN (Longa Distância Nacional), local e telefonia móvel.

Estas e outras conquistas, os números que comprovam a solidez da Algar Telecom e também as promissoras perspectivas de 2012 nos segmentos em que atuamos estão apresentados de forma transparente neste Relatório Anual. Também ganham o merecido espaço os projetos ambientais e sociais que fazemos questão de manter com grau de relevância similar a qualquer outro aspecto de nossos negócios, de forma inovadora e com muito orgulho.

Expressamos nossa gratidão a todos que de alguma forma nos ajudam a construir a história da Algar Telecom no dia a dia: clientes, conselheiros, acionistas,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

reguladores, governo, fornecedores, credores e nossos associados. É com a certeza de poder contar com a motivação destes profissionais, sempre comprometidos em manter e ampliar a visão humanista do fundador da Companhia, que damos as boas vindas a 2012.

Divino Sebastião de Souza

Diretor Presidente da Algar Telecom

Luiz Alberto Garcia

Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. DESTAQUES DO ANO

- ✓ Algar Telecom passa a atuar no varejo de 19 novas cidades de Minas Gerais - concessão da Banda H, ofertando pacotes com internet de qualidade, telefonia fixa, celular e TV via satélite;
- ✓ Elevação do *rating* da Companhia de "A+" para "AA-", na escola nacional, pela *Standard and Poor's*;
- ✓ Conquista dos prêmios: Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente 2011 (1ª Lugar na categoria Telefonia Fixa); e 1ª em Rentabilidade (Categoria Telecomunicações) das Melhores e Maiores 2011 - Revista Exame;
- ✓ Conquista da Certificação ISO 14001 - norma internacional que estabelece as diretrizes básicas para o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental eficaz;
- ✓ Eleita como uma das Melhores Empresas para Trabalhar pelo Instituto *Great Place to Work* e uma das melhores em TI e Telecom;
- ✓ Receita líquida consolidada atinge R\$ 1.682,2 milhões, um crescimento de 11,3% em relação a 2010;
- ✓ Receita bruta de soluções de voz e dados ao mercado corporativo da autorização e de serviços de terceirização de processos de negócios e tecnologia cresce 32,9% e 24,1% em relação a 2010 respectivamente;
- ✓ Lucro líquido alcança R\$ 144,4 milhões, 10,2% superior ao de 2010.

3. CONTEXTO SETORIAL

A força da economia doméstica mostrou-se, mais uma vez, favorável ao setor de telecomunicações em 2011, a despeito dos desdobramentos da crise financeira internacional que causou impactos negativos, principalmente, no segundo semestre do ano. Contribuiu para tal panorama o fortalecimento da economia doméstica em 2011: baixa taxa de desemprego (4,7%); aumento real da renda média do trabalhador (em 2,7%); e consumo estimulado pela oferta de crédito. A tendência de crescimento por serviços, sobretudo os de telefonia móvel e de internet, voltou a se repetir entre os usuários finais que, impulsionados pela popularidade das redes sociais, querem estar plugados ao mundo todo, o tempo todo e em todo lugar.

Na área de TV a cabo, mostrou-se promissor, com boa aceitação por parte dos consumidores, os canais com resolução HDTV, produto que a Algar Telecom passou a oferecer no final de 2011. O setor corporativo também permaneceu bastante aquecido ao longo de todo o ano. Além da maior demanda por conectividade entre as empresas já estabelecidas, a estabilidade da economia interna favorece o empreendedorismo. Quanto mais empresas nascem, maior a demanda pelos produtos e serviços de telecom.

No que se refere aos desafios, uma das maiores preocupações do setor ao longo do último ano foi o custo de pessoal. As empresas de telecomunicações continuaram entre as que mais criam empregos no País. Contudo, apesar da receita líquida maior, a valorização do salário mínimo e a queda na taxa de desemprego tiveram impacto significativo em suas margens, o que motivou o grande empenho do setor junto ao Governo Federal para a aprovação da lei que prevê a desoneração da folha de pagamento para as empresas de *software* e serviços de TI até 2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outro desafio dos setores de telecom e TI é a concorrência cada vez mais acirrada. O cenário promissor tem atraído novos *players* internacionais, que se estabelecem no Brasil com o propósito de endereçar este mercado em várias frentes. Diante desta realidade, o mercado tem se mostrado propício às empresas mais inovadoras, capazes de oferecer serviços e produtos de qualidade a preços competitivos, e às empresas que se diferenciam pela qualidade de atendimento.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ambiente regulatório em 2011 foi marcado por discussões relevantes, em especial com relação à participação das prestadoras de telecomunicações no Programa de Inclusão Digital do Governo Federal.

Em maio de 2011, a Algar Telecom firmou com o Ministério das Comunicações e com a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL o Termo de Adesão ao Programa Nacional de Banda Larga, dando início, assim, à oferta de acesso à internet a preços populares na sua área de atuação. O Programa Nacional de Banda Larga foi aprovado pelo Decreto nº 7.175, de 12 de maio de 2010, e tem como objetivo fomentar e difundir o uso e fornecimento de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação no Brasil.

Ainda em maio de 2011, os Contratos de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado foram revisados e a principal alteração foi o estabelecimento de um novo Plano Geral de Metas para Universalização, aprovado pelo Decreto nº 7.512, de 30 de junho de 2011, que prevê a oferta de serviços de telecomunicações nas áreas rurais mediante o uso do espectro de radiofrequências de 450 MHz que será licitado em 2012.

Em setembro de 2011, foi aprovada a Lei nº 12.485, que criou o Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), sucedâneo aos serviços de televisão por assinatura no Brasil, e trouxe outras disposições sobre a oferta de conteúdo audiovisual, entre elas, o estabelecimento da obrigação de distribuição de conteúdo nacional pelas programadoras de televisão no Brasil. Alguns dispositivos dessa lei necessitam de regulamentação específica a ser editada pela ANATEL e Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Já em outubro de 2011 aconteceram três fatos importantes para o setor de telecomunicações:

(i) foi finalizada a Consulta Pública nº 41, por meio da qual a ANATEL trouxe uma proposta de Plano Geral de Metas para Competição no setor de telecomunicações brasileiro. A Algar Telecom participou ativamente das discussões no sentido de contribuir com o aprimoramento do ambiente competitivo do setor no Brasil;

(ii) com a Resolução nº 576, de 31 de outubro de 2011, a ANATEL aprovou o Regulamento sobre Critérios das Tarifas das Chamadas do STFC destinadas ao SMP e ao SME, que prevê uma redução gradual do valor cobrado dos usuários desses serviços e uma consequente redução do valor de remuneração pelo uso de redes móveis no Brasil;

(iii) com as Resoluções 574 e 575, ambas de 28 de outubro de 2011, a ANATEL estabeleceu novas metas de qualidade para o SMP e para o SCM, cuja implantação definitiva está prevista para novembro de 2012.

5. PERFIL

A Algar Telecom é uma empresa brasileira de telecomunicações e TI pertencente ao Grupo Algar, que se diferencia por eficiência de atendimento, proximidade no relacionamento com seus clientes, forte cultura de inovação e constante preocupação com a sustentabilidade em todas as esferas de sua atuação. Detentora da marca CTBC, a Companhia atua como controladora direta de seis subsidiárias. Juntas, as empresas oferecem um portfólio de produtos e serviços em três segmentos de negócios complementares.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

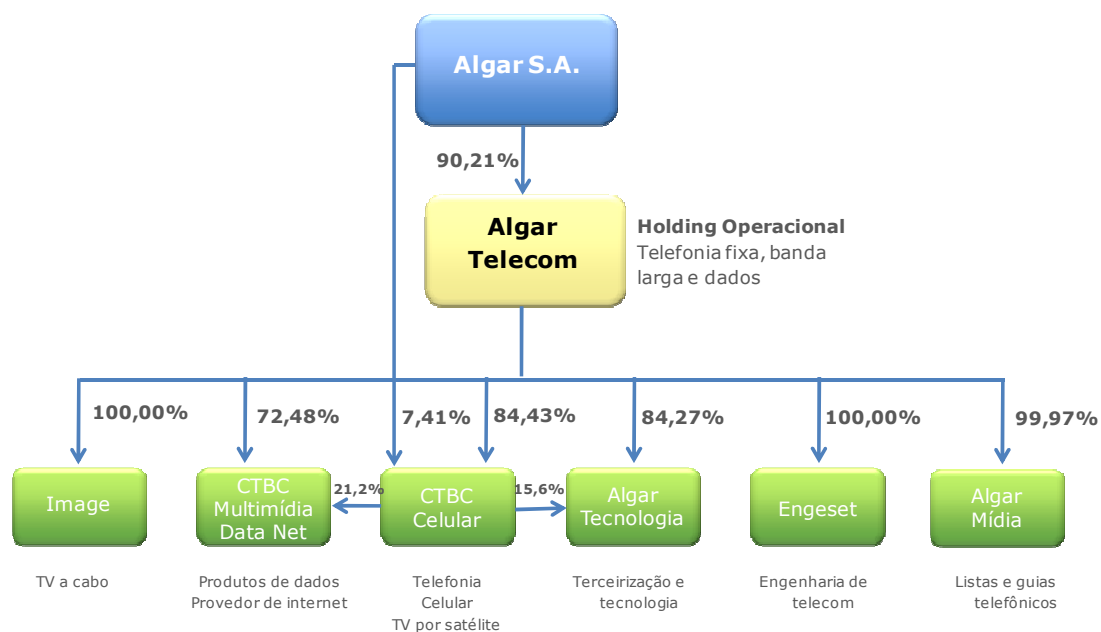
O segmento de **Telecom** agrega telefonia fixa, internet banda larga (ADSL I, ADSL II, HFC, GPON e 3G), comunicação de dados, telefonia celular, provedor de internet e TV por assinatura (DTH e cabo). A oferta de serviços de **Terceirização de processos de negócios e tecnologia** está sob a responsabilidade da Algar Tecnologia. Por fim, na área de **Negócios Complementares**, a Engeset atua na construção e manutenção de redes de telecomunicações, e a Algar Mídia responde pela produção de listas, guias telefônicos e outras soluções convergentes de mídia. Em 2011, esses três segmentos representaram, respectivamente, 77%, 18% e 5% da receita consolidada da Algar Telecom.

A Companhia abrange todo o território nacional e atualmente está presente fisicamente em sete estados brasileiros: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraná. Possui uma base de mais de 800 mil clientes de varejo e corporativos, com os quais mantém uma relação próxima e duradora.

Desde a fundação da CTBC, em 1954, que deu origem à atual Algar Telecom, existia uma preocupação pessoal do seu fundador, o comendador Alexandrino Garcia, com o bom relacionamento com os clientes, fornecedores e instituições governamentais, com o bem-estar dos associados, com a prestação de serviços de qualidade e de real utilidade para a população, com o desenvolvimento econômico e social da região, com a gestão dos negócios de forma ética, enfim, com diversas questões que hoje denominamos de sustentabilidade e boas práticas de governança corporativa. A preocupação com a disseminação de práticas sustentáveis a toda a sua cadeia de valor está, portanto, presente no DNA da Companhia e, atualmente, estruturada em uma sólida política de governança corporativa.

A Algar Telecom encerrou 2011 com 15 mil associados – como a Empresa chama seus profissionais – e receita líquida consolidada de R\$ 1.682 milhões. Os resultados comprovam a gestão voltada ao crescimento sustentável e à satisfação dos interesses de todos os seus *stakeholders*.

6. ESTRUTURA ACIONÁRIA

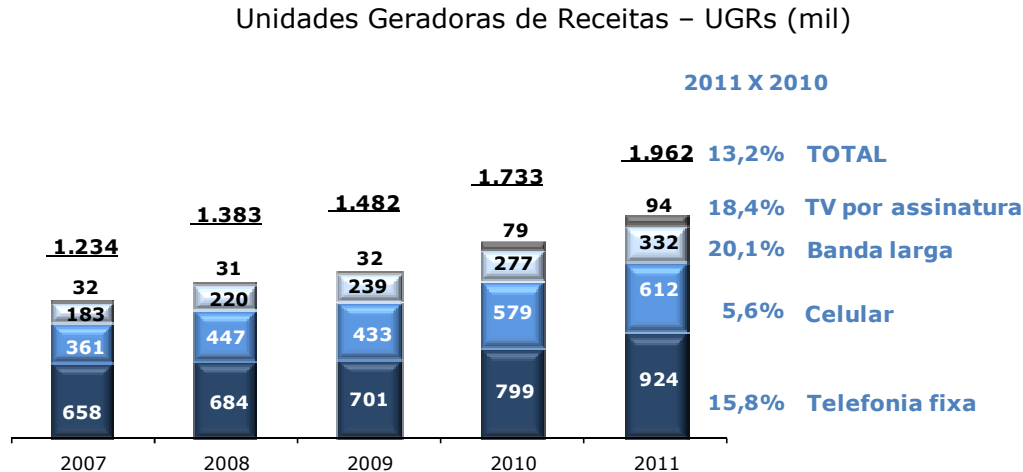


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. DESEMPENHO OPERACIONAL

TELECOM

Ao final de 2011, a Algar Telecom apresentava 1,9 milhão de Unidades Geradoras de Receitas (URG) em seu segmento de telecom, um incremento de 13,2% em relação a 2010 impulsionado por todos os serviços.



▪ Telefonia Fixa

A Empresa, a despeito do que ocorre no setor, encerrou o ano de 2011 com um crescimento de 15,8% no número de terminais de telefonia fixa, refletindo um crescimento do serviço tanto na autorização quanto na concessão. Na área de autorização, o aumento do número de terminais foi de 41,5%, resultado da oferta de soluções conjuntas de voz e dados a clientes corporativos, cujo crescimento de receita foi de 32,9% no período. Na concessão, as linhas fixas somavam 693 mil ao final do ano, 9,1% superiores às de 2010 impulsionadas pela oferta de pacotes que combinam telefonia fixa, banda larga e TV por assinatura.

▪ Telefonia Celular

Em 2011 a base de clientes de telefonia celular da Algar Telecom cresceu 5,6% em relação a 2010, encerrando o ano com 612 mil clientes. O segmento pós-pago apresentou crescimento de 12,0%, passando de 183 mil, em dezembro de 2010, para 205 mil em 2011. O pré-pago, por sua vez, apresentou crescimento de 2,7%, em razão de uma limpeza de base efetuada no final do ano, e totalizou 406 mil clientes. Ao final de 2011, a Algar Telecom tinha 34% dos seus clientes celular alocados em planos pós-pagos e ARPU (receita média por usuário) de R\$ 34,50.

▪ Banda Larga

Os acessos banda larga, foco estratégico da Companhia, cresceram 20,1%, passando de 277 mil em 2010 para 332 mil em 2011. Destes, 276 mil são de acessos ADSL (I e II) – número equivalente a 40% do total de terminais fixos da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

área de concessão, onde a Empresa atende o mercado residencial. Sempre atenta aos clientes e aos avanços do mercado, a Algar Telecom lançou, no final de 2011, planos de internet Ultra Banda Larga capazes de transmitir dados de até 100 Mbps disponibilizada via rede de cabo HFC (rede híbrida de fibra óptica e cabos coaxiais) e GPON.

Na tecnologia 3G, importante complemento de oferta, o número de clientes passou de 38 mil em 2010 para 56 mil em 2011, um crescimento de 46,5% ocasionado pelo reposicionamento do produto por parte da Companhia.

▪ TV por Assinatura

Os clientes de TV via satélite somaram 61 mil ao final de 2011, um crescimento de 33,1% em relação a maio de 2010 – data do lançamento do serviço que já é prestado em 103 municípios. Este produto vem alavancando a venda de pacotes que combinam telefonia fixa, internet banda larga e TV.

Somados aos 32 mil clientes da operação de TV a cabo nas cidades de Uberlândia e Araguari (MG), a Empresa encerrou o ano com 94 mil clientes de TV, um crescimento de 18,4% em relação a 2010. Ressalta-se, ainda, o lançamento, em dezembro de 2011, da resolução HDTV tanto para planos de TV a cabo quanto satélite.

▪ Dados ao mercado corporativo da autorização

Juntamente com serviços de voz, a Empresa oferta soluções de dados ao mercado corporativo de sua área de autorização – que engloba as principais cidades do sudeste do País. Com um diferencial no atendimento e relacionamento e com sua moderna rede IP, a Algar Telecom vem conquistando clientes de forma acelerada. Em 2011 as receitas destes serviços atingiram R\$ 380,8 milhões, 32,9% maiores que as de 2010.

TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA

Em 2011 a Algar Tecnologia, subsidiária integral da Companhia, apresentou crescimento tanto dos serviços de *contact center* – com a ativação de grandes operações, quanto dos serviços de TI – com sua expansão para novas áreas geográficas. Para fortalecer a transição de seu portfólio de receitas, que prevê uma maior participação dos serviços de TI, a Algar Tecnologia deu início a um plano de eficiência operacional que trouxe como consequência a desmobilização de contratos com lucratividade abaixo de sua expectativa. Esta ação provoca no curto prazo um impacto negativo em seus resultados, mas garante seu foco estratégico futuro de maior participação de serviços de TI e consequente elevação de margens. Em 2011, estes serviços cresceram 35% e já representam 24% da receita total da Companhia.

NEGÓCIOS COMPLEMENTARES

O negócio de engenharia de telecomunicações - prestado pela subsidiária Engeset, conquistou novos contratos ao longo de 2011, com destaque para a prestação de serviços de instalação de ADSL, dados e de gerenciamento de projetos. A Algar Mídia, por sua vez, apresentou crescimento principalmente nos negócios de listas e guias e de serviços online.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – (R\$ MILHÕES)

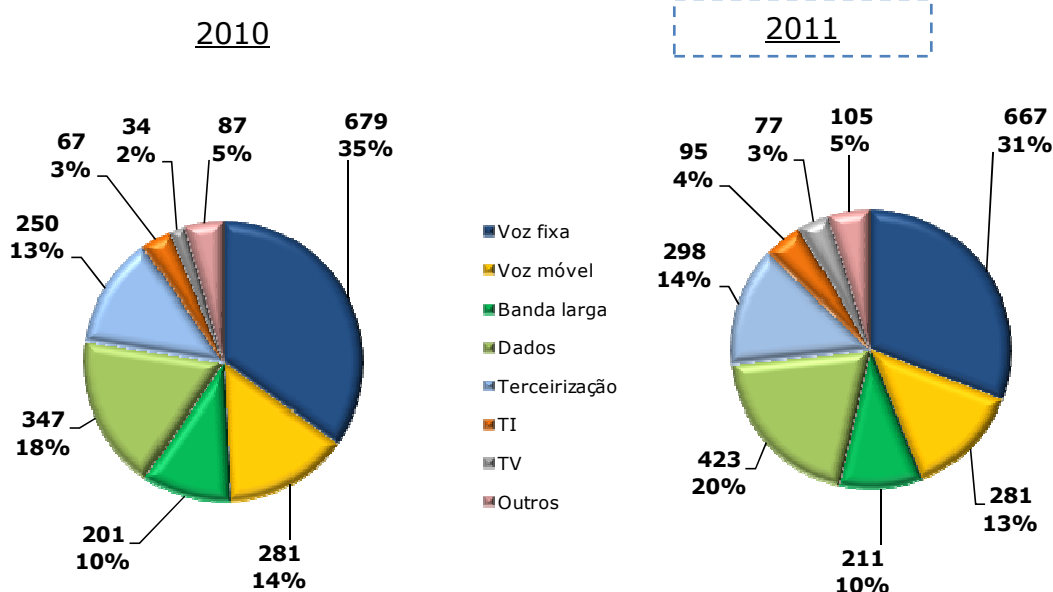
SUMÁRIO FINANCEIRO CONSOLIDADO	2010	2011	% var.
RECEITA BRUTA	1.944,8	2.156,5	10,9%
Telecom	1.540,9	1.659,1	7,7%
Terceirização de processos de negócios e tecnologia	316,4	392,7	24,1%
Negócios Complementares	87,5	104,7	19,7%
RECEITA LÍQUIDA	1.510,8	1.682,2	11,3%
EBITDA	409,4	411,1	0,4%
LUCRO LÍQUIDO	131,0	144,4	10,2%
INVESTIMENTOS	237,4	371,9	56,6%
DÍVIDA LÍQUIDA	471,5	636,5	35,0%
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA	1,2	1,5	-

Receita Bruta Consolidada

Em 2011 a receita bruta consolidada da Algar Telecom atingiu R\$ 2.156,5 milhões, 10,9% superior à de 2010 impulsionada principalmente pelos serviços de voz e dados para o mercado corporativo da área de autorização (32,9%), Terceirização de processos de negócios e tecnologia (24,1%) e TV por assinatura (124,5%). O perfil da receita evoluiu em linha com o planejamento estratégico da Companhia. Ao final de 2011 menos da metade das receitas totais eram oriundas de voz (44%); 30% já eram originárias de dados e banda larga, 14% de serviços de Terceirização de processos de negócios, 4% de TI, 3% de TV e 5% de outros serviços. Estes resultados evidenciam a capacidade da Companhia de diversificar a sua receita e desenvolver novos negócios e serviços.

As principais variações e análises por segmento de negócio estão detalhadas a seguir. As receitas apresentam-se consolidadas e, portanto, já consideram as eliminações entre os segmentos de negócios.

Distribuição da Receita Bruta Consolidada – R\$ milhões



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

TELECOM

As receitas de serviços de telecom, que representaram 77% da receita total da Companhia em 2011, somaram R\$ 1.659,1 milhão, um crescimento de 7,7% em relação a 2010. Este aumento foi resultado principalmente de maiores receitas de soluções de voz e dados ao mercado corporativo da área de autorização, de serviços de TV por assinatura e de internet banda larga, os quais mais do que compensaram a queda de receitas de tráfego local, longa distância e cartões, da telefonia fixa.

TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS E TECNOLOGIA

A receita bruta consolidada do segmento de Terceirização de processos de negócios e tecnologia (18% da receita total) contabilizou R\$ 392,7 milhões em 2011, um aumento de 24,1% em comparação a 2010 - quando foram registrados R\$ 316,4 milhões. O crescimento foi decorrente de receitas de serviços de terceirização de processos maiores em 19,0% e do aumento de 35,0% nas receitas de TI. Ao final de 2011, os serviços de TI representavam 24,0% das receitas totais deste segmento.

NEGÓCIOS COMPLEMENTARES

Em 2011, a receita bruta consolidada gerada pelos negócios complementares da Algar Telecom somou R\$ 104,7 milhões comparados a R\$ 87,5 milhões em 2010, um aumento de 19,7%. O negócio de engenharia de telecomunicações apresentou um crescimento de 28,3% em razão dos contratos firmados ao longo do exercício. A receita de listas e guias telefônicos, por sua vez, apresentou aumento de 9,0% decorrente da melhor performance dos serviços de listas e guias e de serviços online.

Receita Líquida Consolidada

A receita líquida consolidada da Algar Telecom atingiu R\$ 1.682,2 milhões em 2011, comparada a R\$ 1.510,8 milhões em 2010 - um crescimento de 11,3%.

Custos e Despesas Operacionais Consolidados

	2010	2011	% var.
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.252,3)	(1.416,7)	13,1%
Pessoal	(450,6)	(545,0)	21,0%
Materiais	(42,2)	(43,7)	3,7%
Serviços de terceiros	(245,2)	(288,3)	17,6%
Interconexão	(220,0)	(210,1)	-4,5%
Meios de Conexão - EILD	(29,6)	(39,7)	34,3%
Propaganda e Marketing	(27,2)	(29,3)	7,5%
PCLD	(12,5)	(16,7)	33,3%
Outros*	(74,7)	(98,3)	31,6%

* Inclui outras receitas (despesas) operacionais.

Os custos e despesas operacionais (excluindo depreciação e amortização) somaram R\$1.416,7 milhões. O aumento de 13,1% registrado na comparação anual é resultado, principalmente, de:

- ✓ Custos e despesas de "Pessoal" (+R\$ 94,4 milhões): (i) custo de pessoal do negócio de Terceirização de processos de negócios e tecnologia maiores em R\$ 69,0 milhões decorrentes tanto do atendimento de novos clientes (custo direto) quanto da desmobilização de alguns contratos, acarretando gastos com

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

rescisões; (ii) despesas com pessoal, dos 3 segmentos de negócios, maiores em R\$ 23,7 milhões – decorrentes do reajuste advindo de acordo coletivo, de maiores gastos com comissões de vendas e do aumento do quadro de pessoal para suportar as expansões da Companhia;

- ✓ Custos e despesas com “Serviços de terceiros” (+R\$ 43,1 milhões): (i) custos com programação e manutenção da transmissão da TV via satélite – produto lançado em maio de 2010, maiores em R\$ 20,2 milhões, (ii) custos relacionados à expansão dos serviços de Terceirização de processos de negócios e tecnologia (incluindo manutenção e reparo das filiais, transporte de pessoal e assessorias) maiores em R\$ 8,2 milhões; (iii) custos de manutenção de redes, treinamentos e desenvolvimento de produtos maiores em R\$ 4,4 milhões; (iv) custos com back office e consultorias maiores em R\$ 4,0 milhões e (v) custos com emissão de faturas maiores em R\$ 1,0 milhão em razão do aumento de clientes;
- ✓ Custos com “EILD” (+R\$ 10,1 milhões): maiores gastos com a contratação de rede de terceiros para atender os clientes corporativos da área de autorização da Companhia;
- ✓ Custos e despesas com “Outros” (+R\$ 23,6 milhões): (i) custos de aluguéis do negócio de Terceirização de processos de negócios e tecnologia maiores em R\$ 6,5 milhões decorrentes do aluguel de sites para a implantação de novas operações de *contact center*; (ii) custos de aluguel de infraestrutura, direito de passagem e imóveis do segmento de telecom maiores em R\$ 5,0 milhões; (iii) custos de aluguéis de veículos e imóveis do negócio de engenharia de telecomunicações maiores em R\$ 3,5 milhões. Além do aumento dos custos mencionados, as outras receitas operacionais foram R\$ 5,9 milhões menores.

EBITDA

R\$ milhões			
EBITDA e margem	2010	2011	% var.
Telecom ⁽¹⁾	350,4	361,8	3,3%
<i>margem</i>	30,5%	29,3%	-
Terceirização/ TI ⁽²⁾	43,7	36,1	-17,6%
<i>margem</i>	12,9%	8,7%	-
Negócios complementares ⁽³⁾	14,3	13,1	-8,3%
<i>margem</i>	11,1%	8,2%	-
EBITDA CONSOLIDADO	409,4	411,1	0,4%
<i>margem</i>	27,1%	24,4%	-

(1) Telefonia fixa, celular, comunicação de dados e TV por assinatura.

(2) Terceirização de processos de negócios e TI.

(3) Engenharia de telecomunicações e listas e guias telefônicos.

O EBITDA do segmento de Telecom atingiu R\$ 361,8 milhões em 2011, 3,3% maior que o de 2010. A margem foi de 29,3% ante 30,5%, uma queda de 1,1 pp em razão de gastos pontuais com consultoria estratégica e treinamentos para a expansão dos serviços de varejo da Companhia para novas áreas geográficas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

O segmento de Terceirização de processos de negócios e tecnologia apresentou EBITDA de R\$ 36,1 milhões em 2011, ante R\$ 43,7 milhões em 2010, com margens de 8,7% e 12,9% respectivamente. A queda na margem é decorrente da conjugação entre: a ativação de grandes operações de serviços de *contact center* - que geram resultados em rampa, a expansão de operações de TI em novas áreas geográficas, as quais demandam gastos de *start up*, e a desmobilização de alguns contratos que não geravam rentabilidade adequada e apresentavam baixa perspectiva de recuperação. Para fazer frente ao período de estabilização dos novos *start ups* bem como para fortalecer a transição de seu portfólio de receitas, que prevê uma maior participação de serviços de TI, a Algar Tecnologia deu início a um plano de eficiência operacional que visa otimizar custos e despesas e aumentar a rentabilidade.

O EBITDA dos negócios complementares foi de R\$ 13,1 milhões no ano, 8,3% menor que o de 2010. A margem EBITDA foi de 8,2%, ante 11,1% em 2010. Esta queda é decorrente de contratos de engenharia de telecomunicações ainda em fase de *start up*, tendo havido os custos de mobilização sem a total contrapartida de receita.

Como consequência dos movimentos citados acima, o EBITDA consolidado da Algar Telecom em 2011 foi de R\$ 411,1 milhões, 0,4% superior ao de 2010. A margem consolidada foi de 24,4%, ante 27,1% em 2010.

Resultado Financeiro Líquido

As despesas financeiras líquidas da Algar Telecom somaram R\$ 87,5 milhões em 2011 ante R\$ 67,3 milhões em 2010. O aumento, de 29,9%, é resultado, principalmente, do acréscimo da taxa Selic, se comparada a 2010, do maior endividamento para fazer frente aos investimentos de 2011 e do IOF decorrente das captações efetuadas.

Lucro Líquido

A Companhia apresentou um lucro líquido consolidado de R\$ 144,4 milhões no exercício social encerrado em 2011, 10,2% acima do registrado no ano anterior, de R\$ 131,0 milhões. A margem líquida foi de 8,6%, estável em relação a 2010.

9. ENDIVIDAMENTO

Ao final de 2011 a dívida bruta da Algar Telecom era de R\$ 814,8 milhões (R\$ 667,5 milhões em 2010), sendo 93% denominada em moeda local e 7% em moeda estrangeira - totalmente coberta por operações de proteção cambial (hedge). A dívida líquida, por sua vez, era de R\$ 636,5 milhões, ante R\$ 471,5 milhões em 2010. O aumento, de R\$ 165,0 milhões, é explicado pelas captações efetuadas para financiar parte dos investimentos do ano, os quais somaram R\$ 371,9 milhões. A relação dívida líquida/EBITDA, foi de 1,5 em 2011, ante 1,2 em 2010.

O perfil da dívida é de longo prazo, com 22,8% vencendo no curto prazo (31/12/2012). Da dívida total, 74% estava indexada ao CDI, 19% à TJLP e 7% ao IPCA. O custo médio da mesma foi de 11,79% em 2011, ante 11,57% em 2010.

10. INVESTIMENTOS

Em 2011 foram investidos R\$ 371,9 milhões, montante este 57% superior ao de 2010, quando somou R\$ 237,4 milhões. Do total de investimentos 39% foi direcionado para produtos de voz e dados; 12% para o projeto Minas - expansão dos serviços de varejo para novas áreas geográficas adquiridas por meio do leilão da banda H; 11% para o programa CTBC I.você - que prevê a migração de todas as redes da Empresa para redes NGN (*Next Generation Network*); 7% para o

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

negócio de Terceirização de processos de negócios e tecnologia; 5% para a TV por assinatura; 17% para manutenção de base de clientes e os outros 9% distribuídos pelos serviços e segmentos da Companhia.

11. POLÍTICA DE TALENTOS HUMANOS

Assim como nas demais empresas do Grupo Algar, todos os profissionais da Algar Telecom são chamados de "associado". Do Dicionário Aurélio, "ligado por interesses comuns a uma ou mais pessoas; o mesmo que sócio", o significado da palavra espelha o conceito de "Empresa-Rede" adotado pela Companhia. O modelo estimula o comprometimento e a autonomia com responsabilidade, o que possibilita aos associados participarem da tomada de decisões corporativas.

Reconhecer a importância de cada profissional para o crescimento sustentável dos negócios implica também em assumir o compromisso com a educação, a qualidade de vida e o desenvolvimento humano e profissional das pessoas. Baseada em seus valores e crenças, a política de Talentos Humanos da Companhia contempla qualificação profissional, ambiente de trabalho agradável e políticas de remuneração e construção de carreira atraentes, de forma que os associados tenham orgulho e se sintam motivados a fazer parte da Algar Telecom. Ao final de 2011, a Algar Telecom contava com 15.060 associados distribuídos nos seus três segmentos de negócios. Informações detalhadas sobre o perfil dos associados, treinamentos, construção de carreira, entre outros, podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

Número de associados	2011
Telecom	1.634
Terceirização de processos e TI	10.913
Negócios complementares	2.513
TOTAL	15.060

12. SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

A crença de que é possível crescer de maneira sustentável e envolver toda a sua rede de relacionamento em práticas que contribuem para a construção de um mundo melhor faz parte do jeito de ser da Algar Telecom desde a sua fundação. A mesma convicção é compartilhada por todas as empresas do Grupo Algar, que é signatário do Pacto Global - iniciativa desenvolvida pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção.

Na Algar Telecom, a concretização de tais valores se dá por meio de programas em duas vertentes - ambiental e educacional - que são totalmente complementares. Informações detalhadas sobre estes programas podem ser encontradas no Relatório de Sustentabilidade da Companhia.

13. PERSPECTIVAS

O bom desempenho do último ano, que comprova a assertividade do plano estratégico da Algar Telecom, e as boas perspectivas do mercado de telecomunicações apontam os caminhos para 2012. A Empresa está preparada para crescer e aproveitar as novas oportunidades no varejo e no segmento corporativo.

Na área de Telecom, a Companhia pretende dar continuidade à Expansão Minas. Para tanto, ao longo de 2012, irá acompanhar e avaliar os resultados da primeira fase, que servirão de base para propor ao Conselho de Administração a aprovação

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

para aumentar gradualmente a presença nas demais localidades disponíveis pela licença. Outro foco da Empresa para ampliar a base de clientes no varejo e também crescer dentro da atual carteira é estender a Rede Ultra Banda Larga e a TV por assinatura com resolução HDTV – produtos lançados no final do último exercício – para mais municípios. No segmento corporativo, importante vetor de crescimento da Companhia, a expansão continuará nas regiões onde a Empresa já está presente, conquistando clientes por meio de soluções de qualidade e diferencial no relacionamento.

Em Terceirização de processos de negócios e tecnologia, a estratégia é continuar a investir em infraestrutura e na oferta de novas soluções customizadas. A expectativa é que o segmento, cuja participação no resultado consolidado da Companhia vem aumentando nos últimos anos, atinja resultados ainda mais satisfatórios após a aprovação da lei federal do Plano Brasil Maior, que prevê a desoneração da folha de pagamento para as empresas de *software* e serviços de TI nos próximos três anos.

Nos Negócios Complementares, as perspectivas também são bastante positivas. A Engeset, ao mesmo tempo em que tem um mercado endereçável em expansão, continua com função estratégica para o desenvolvimento do segmento de Telecom da Companhia. Na Algar Mídia, o foco é aproveitar ainda mais as novas oportunidades do mercado de Mídia Digital Out of Home.

Evoluir em governança corporativa, inovação e na questão de sustentabilidade também são compromissos reafirmados ano após ano. O planejamento da Empresa em 2012 prevê a continuidade do processo de aprimoramento de controle de riscos iniciado em 2010 e, na área ambiental, uma das inovações será a utilização de energia solar e eólica em torres celulares. Em inovação há parcerias com instituições como CNPQ, Fapemig e Fapesp. Em linhas gerais, o planejamento de 2012 demonstra a confiança na economia do País e fortalecem o compromisso da Algar Telecom com o futuro.

14. RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a investimentos projetados e realizados, dados operacionais tais como unidades geradoras de receita, linhas em serviço, número de clientes e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e consequentemente não foram examinadas pela KPMG Auditores Independentes.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (“CTBC Telecom” ou “Companhia”), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto e suas principais atividades compreendem a prestação de serviços de telefonia fixa e comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”). A Companhia é a *holding* operacional do segmento de tecnologia e telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia celular, telecomunicações e multimídia, *Contact Center*, *Business Process Outsourcing* (“BPO”), TI e consultoria especializada. Abrangem ainda serviços gráficos, edição de jornais e listas telefônicas, TV a Cabo, serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (“DTH”), comunicação de dados, internet em banda larga, *data Center*, engenharia de telecomunicações e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

Contexto operacional das principais controladas

O contexto operacional das principais controladas, todas sediadas em Uberlândia-MG, é detalhado a seguir:

CTBC Celular S.A. (“CTBC Celular”) - A sociedade é prestadora de Serviço Móvel Pessoal (“SMP”) compreendendo grande parte da região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul. Explora o serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH) por tempo indeterminado, autorizado pela ANATEL e está autorizada a oferecer serviços SMP na modalidade 3G em mais de 230 cidades do Estado de Minas Gerais, conforme licença para exploração da Banda H.

Algar Tecnologia e Consultoria S.A. (“Algar Tecnologia”) – As principais atividades operacionais são a prestação de serviços de *Contact Center*, *BPO* (*Business Process Outsourcing*), suporte técnico de informática à distância, desenvolvimento, implantação, operacionalização e gerência de aplicativos e programas, soluções de conectividade, para acesso, armazenamento e recuperação de dados, treinamento em tecnologia da informação. Inclui, ainda, a promoção de importação e locação de equipamentos e acessórios ligados às atividades acima, dentre outros serviços integrados de relacionamento entre clientes e os seus consumidores.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

CTBC Multimídia Data Net S.A. (“CTBC Multimídia”) - É provedora de serviços de rede privada de telecomunicações SCM (serviço de comutação multimídia), presta serviços de comunicação convergente em banda larga e acesso à internet, tanto discado quanto banda larga e oferece serviços de *co-location e hosting*.

Engeset - Engenharia Serviços de Telecomunicações S.A. (“Engeset”) - As suas operações compreendem a construção civil e a assessoria e prestação de serviços em projetos de engenharia.

Image Telecom TV Vídeo Cabo Ltda. (“Image”) - Exerce a atividade de distribuição de sinais de televisão por assinatura e serviços de acesso à internet, através de sua rede de cabos nas cidades de Uberlândia e Araguari.

Algar Mídia S.A. (“Algar Mídia”), anteriormente denominada S.A. Brasileira de Empreendimentos – SABE, - o seu objeto social é composto por atividades de prestação de serviços gráficos encomendados, edição de jornais, listas e guias telefônicas, periódicos, revistas e livros.

Concessões e autorizações

Os serviços ofertados pela Companhia, bem como as tarifas cobradas, são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. Neste contexto, a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image possuem as seguintes concessões e autorizações:

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
CTBC Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	31/12/2025
CTBC Telecom	Autorização para prestação de serviços, STFC, longa distância nacional e internacional	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorizações, adaptadas em Termos de Autorização do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	21/01/2023
CTBC Celular	Autorização para prestação de serviços de telefonia com a tecnologia 3G ("terceira geração"), nas frequências em 1.900 Mhz e 2.100 Mhz	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul	28/04/2023, renováveis por mais 15 anos
CTBC Celular	Autorização para exploração do serviço de distribuição de sinais de televisão e de áudio, por assinatura, via satélite (DTH)	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado
CTBC Celular	Autorização para prestação de serviços de telefonia com a tecnologia 3G, na frequência 1.800 Mhz, denominado Banda H	Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37.	28/04/2023 renováveis por mais 15 anos
CTBC	Autorização para prestação	Todas as regiões do Brasil	Indeterminado

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Multimídia	de serviço de comunicação de multimídia		
Image	Concessão de serviço de TV a cabo e adaptação ao Serviço de Acesso Condicionado	Cidades de Uberlândia e Araguari, ambas em Minas Gerais	Indeterminado

Eventos societários ocorridos em 2011 e 2010

Mediante contrato de compra e venda de quotas, celebrado em 15 de março de 2010, a controlada Algar Tecnologia adquiriu a totalidade das quotas de capital (757.424 quotas) da empresa Synos Consultoria e Informática Ltda. (“Synos”), prestadora de serviços no ramo de informática e tecnologia da informação. A aquisição foi realizada com base em laudo de avaliação econômico emitido por empresa especializada em avaliação patrimonial, e resultou num ágio de R\$ 17.722 com fundamento econômico de rentabilidade futura, consoante as normas contábeis em vigor na data dessa operação, esse ágio não será amortizado e terá o seu valor de recuperação analisado, pelo menos anualmente.

Em 2 de abril de 2011, a controlada Sabe Participações foi incorporada pela controlada indireta Algar Mídia, a qual passou à condição de controlada direta da Companhia, que detém 99,97% totalidade das ações constitutivas do seu capital social.

A Assembléia Geral Extraordinária de 16 de setembro de 2011 ratificou o aumento do capital social da controlada CTBC Celular mediante a capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital (“AFAC”) aportado pela CTBC Telecom, no valor de R\$ 72.500, correspondendo a 387.867 ações nominativas sem valor nominal e integralização de capital por outros acionistas no valor de R\$ 13.379, correspondendo a 71.520 ações nominativas sem valor nominal. Dessa forma o capital social da controlada CTBC Celular teve um aumento de R\$ 85.869, com emissão de 459.387 novas ações, sendo 249.715 ações ordinárias e 209.672 ações preferenciais.

2 Bases de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), inclusive normas emanadas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e

- As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com o BR GAAP, inclusive normas emanadas da Comissão de Valores Imobiliários (CVM);

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Contudo, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o patrimônio líquido individual da Companhia e o mesmo ocorre com relação aos resultados dos exercícios. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado, em um único conjunto de demonstrações financeiras.

As demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas não estão sendo apresentadas, pois não há valores a serem apresentados sobre este conceito, ou seja, o resultado do exercício é igual o resultado abrangente total.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 3 de fevereiro de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado e,
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 5 - Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável

Nota Explicativa 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota Explicativa 10 - Intangíveis

Nota Explicativa 11 - Imobilizado

Nota Explicativa 18 – Provisões e depósitos judiciais

As informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa 5 - Contas a receber e provisão para redução ao valor recuperável

Nota Explicativa 6 - Estoques

Nota Explicativa 8 - Imposto de renda e contribuição social diferidos

Nota Explicativa 10 - Intangíveis

Nota Explicativa 11 - Imobilizado

Nota Explicativa 18 – Provisões e depósitos judiciais

Notas Explicativas**Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Consolidado e Individual****Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)***3 Sumário das principais políticas contábeis**

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas, nos dois exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Bases de consolidação**a.1 - Controladas**

Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, é titular de direito de sócio que lhe garante a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixa de existir.

a.2 Companhias incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

	Participação percentual (%)			
	No capital social		No capital votante	
	2011	2010	2011	2010
Participação direta:				
CTBC Celular	84,43	84,43	94,13	94,00
CTBC Multimídia	72,48	72,48	89,47	89,47
Image	100	100	100	100
Algar Tecnologia	84,27	84,27	84,34	84,34
Engeset	100	100	100	100
Algar Mídia	99,97	-	99,97	-
Sabe Participações	-	99,97	-	99,97
Participação indireta:				
CTBC Multimídia	17,87	17,87	7,91	7,91
Algar Tecnologia	13,21	13,21	14,72	14,72
Algar Mídia	-	99,97	-	99,97
Synos	84,27	84,27	84,34	84,34

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram utilizadas as demonstrações financeiras individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Controladora.

Os principais procedimentos de consolidação incluem a soma horizontal das contas patrimoniais e de resultados das empresas incluídas na consolidação, efetuando-se as

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

seguintes eliminações:

- Dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Das participações societárias no patrimônio líquido das controladas e coligadas;
- Dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas.

As participações de acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado são destacadas em rubrica própria nas demonstrações financeiras.

b. Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício.

Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c. Instrumentos financeiros

c.1 - Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia e de suas controladas se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas baixam um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

c.2 - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, os custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo e suas flutuações são reconhecidas no resultado do exercício.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c.3 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, e são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a classificação de títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

c.4 - Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços.

c.5 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado, exceto nas circunstâncias descritas abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

c.6 - Hedges de valor justo

Mudanças no valor justo de um instrumento derivativo de cobertura designado como *hedge* de valor justo são reconhecidas no resultado. O item protegido também é mensurado pelo valor justo em relação ao risco a ser coberto; o ganho ou perda atribuível ao risco coberto é reconhecido no resultado e ajusta o valor do item protegido.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia possuía *hedge* de valor justo. Suas controladas não possuíam *hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo nem *hedge* de investimentos no exterior.

Ativos circulantes e não circulantes

d. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista em contas correntes e aplicações financeiras de curto prazo, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e. Contas a receber de clientes

As contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações são avaliadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e incluem, também, créditos por serviços prestados e não faturados até a data do balanço, valores a receber de uso da rede e valores a receber decorrentes das vendas de aparelhos celulares e acessórios.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Quando aplicável, as contas a receber de clientes são ajustadas ao valor presente, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia e suas controladas, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é a receita bruta, no resultado do período. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

f. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescido de gastos com transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. São representados por aparelhos celulares e acessórios e materiais de manutenção. Os valores dos estoques não excedem o valor de mercado.

g. Investimentos

São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa ou participe com 20% ou mais do capital votante, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

h. Imobilizado

h.1- Reconhecimento e mensuração

Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui também quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que o mesmo esteja em condições de ser utilizado para seus fins previstos pela entidade, que incluem custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais estes ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado tem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item de ativo são originados pela diferença apurada na confrontação do valor de alienação com o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada deste ativo, e são reconhecidos pelo valor líquido desta diferença diretamente no resultado do exercício.

h.2 - Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

h.3 - Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, o qual reflete mais adequadamente o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o período corrente, assim como para os períodos comparativos, são:

	Vida útil média em anos	
	2011	2010
Edifícios e benfeitorias (i)	20	15
Equipamentos de comutação	10	10
Equipamentos de terminais	4	4
Equipamentos e meios de transmissão	17	17
Equipamentos de energia e climatização (ii)	11	7
Infraestruturas (iii)	33	25
Veículos	6	6
Móveis e utensílios	10	8
Equipamentos de Processamento de Dados	6	6

- (i) As vidas úteis das benfeitorias são de acordo com os prazos dos contratos de locação dos imóveis
- (ii) As vidas úteis são diferenciadas por tipo de equipamento variando de 2 a 25 anos, onde suas aquisições e baixas influenciam na vida útil média.
- (iii) As vidas úteis são diferenciadas por tipo de equipamento variando de 10 a 40 anos, onde suas aquisições e baixas influenciam na vida útil média.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

i. Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos no ativo imobilizado e no passivo de empréstimos e financiamentos, pelo menor entre o valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e o valor justo do ativo, acrescidos, quando aplicável, dos custos iniciais diretos incorridos na transação. Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil econômica estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento. Os juros de empréstimos e financiamentos são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa numa base sistemática que represente o período em que o benefício sobre o ativo arrendado é obtido, mesmo que tais pagamentos não sejam feitos nessa base.

j. Intangível e ágio

j.1 - Ágio

O ágio resultante na aquisição de negócios é incluído nos ativos intangíveis nas demonstrações financeiras consolidadas e é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável.

j.2 - Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa, realizados com a possibilidade de ganho de conhecimento e entendimento científico ou tecnológico, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à comercialização de produtos e serviços novos ou substancialmente aprimorados. Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou serviço for técnica e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de implantação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto, e custos de

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

empréstimo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

j.3 - Concessões e autorizações

A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de *Backbone*, entre outros.

Um ativo intangível recebido em pagamento para construção de infraestrutura ou expansão de serviços é mensurado ao valor justo no momento inicial de reconhecimento.

j.4 - Outros ativos intangíveis

As licenças de programas de computador (“*softwares*”) e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica.

j.5 - Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

j.6 - Amortização

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados com base na sua utilização efetiva ou em método que reflita o benefício econômico do ativo correspondente. A amortização é calculada sobre o valor de custo deste ativo intangível, ou sobre outro valor que substitua o valor de custo, menos o valor residual deste ativo intangível. As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

As vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis para o período corrente, assim como para os períodos comparativos, são:

	Vida útil média - em anos	
	2011	2010
Sistemas de Informação (i)	7	5
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	14	14
Direito de uso TV por Satélite-DTH (ii)	6	-
Direito do uso de <i>Backbone</i> (iii)	9	5
Marcas e Patentes	7	-
Outorgas regulatórias (iv)	14	19

- (i) As vidas úteis são definidas de acordo com a expectativa de utilização dos sistemas, onde em 2011 foi adquirido ferramentas de gestão de processos para gestão de BackOffice com vida útil de 13 anos.
- (ii) As vidas úteis são conforme contratos, onde em 2011 adquirimos a licença DTH com vida útil de 6 anos
- (iii) As vidas úteis são de acordo com os prazos dos contratos
- (iv) As vidas úteis são de acordo com os prazos dos contratos e adquirimos a outorga de banda H em 2011, com vida útil de 11 anos.

k. Redução ao valor recuperável (impairment)

k.1 - Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia e suas controladas sobre condições que considerariam em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

k.2 - Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas consideram evidência de perda de valor de ativos

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia e suas controladas utilizam tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

A provisão para redução ao valor recuperável de contas a receber de clientes é constituída tendo por base o histórico de perdas das controladas que geralmente representam os créditos vencidos há mais de 90 dias, considerados pela Administração como de improvável recuperação.

k.3 - Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes o UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais.

Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

I. Concessão de serviços de telecomunicações a pagar

Registrada com base em atos expedidos pela ANATEL no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado, apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

m. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

A provisão para contingência é determinada pela Administração, de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos.

n. Benefícios a empregados**n.1 - Plano de pensão**

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais.

As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

n.2 - Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

p. Reconhecimento de receitas

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

p.1 - Venda de serviços

As receitas relativas aos serviços de telefonia são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. As receitas referentes às vendas dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos são diferidas e reconhecidas ao resultado à medida que estes são efetivamente consumidos.

p.2 - Venda de bens

A venda de bens que fazem parte das atividades ordinárias da Companhia e suas controladas é mensurada ao valor justo dos valores recebidos ou recebíveis, líquidos de devoluções, descontos comerciais e abatimentos monetários sobre certos tipos de transações. A receita é reconhecida quando: (i) há evidência persuasiva da existência, geralmente na forma de contratos de venda já celebrados entre as partes, nos quais (ii) os riscos e benefícios da propriedade do bem tenham sido transferidos ao comprador, e que (iii) os custos associados possam ser mensurados de forma confiável, assim como (iv) as possíveis devoluções destes bens, (v) quando não há mais envolvimento da gerência da Companhia e suas controladas sobre os bens vendidos e (vi) o valor da receita possa ser mensurado de forma confiável.

p.3 - Operações de permuta de bens e serviços

As entidades CTBC Telecom e CTBC Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas mensalmente.

A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços.

Certas operações de permuta não caracterizam uma operação comercial. Nas operações com esta característica a Companhia e suas controladas não reconhecem receitas nem custos nas

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

demonstrações dos resultados dos exercícios – reconhecendo somente os impostos incidentes no faturamento destes contratos de permuta de infraestrutura.

As transações de permuta que tenham essência comercial são reconhecidas normalmente como operações normais, ou seja, suas receitas e seus custos são reconhecidos como em qualquer outra operação comercial da Companhia.

p.4 - Contratos de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivo contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização ou na mensuração de seu valor.

q. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais incondicionais, quando caracterizada como um recebível, são reconhecidas diretamente no resultado do exercício sob a rubrica de outras receitas operacionais.

Subvenções governamentais que tenham condições de serem cumpridas antes de a controlada Algar Tecnologia ter o direito a tais subvenções são reconhecidas como receitas diferidas pelo seu valor justo quando há uma razoável segurança de que as condições serão cumpridas e que a Companhia realmente terá o direito de receber tais subvenções.

Subvenções que caracterizam uma compensação ou reembolso de despesas já incorridas pela controlada Algar Tecnologia são reconhecidas no resultado do exercício sob a rubrica de outras receitas operacionais, de forma sistemática, nos mesmos períodos nos quais as despesas são reconhecidas. Subvenções que caracterizam uma compensação ou reembolso de custos da construção de um ativo são reconhecidas no resultado do exercício de forma sistemática com base na vida útil do ativo referido.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

r. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas (incluindo aplicações financeiras), ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos.

Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e provisões para contingências, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros (“*impairment*”) e perdas em instrumentos financeiros derivativos que são reconhecidos no resultado do exercício. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência.

Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício.

s. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

t. Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as Companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

u. Informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os relatórios internos fornecidos aos membros da Diretoria Executiva, que são os responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

A Diretoria Executiva definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, os quais estão segmentados principalmente entre os tipos de serviços prestados.

Os segmentos definidos são os seguintes:

- Telecom – prestação de serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular e TV por assinatura.
- BPO/TI - atua no mercado corporativo oferecendo soluções em tecnologia para processos de negócios, por meio de infraestrutura de TI, serviços gerenciados, aplicações de negócios, gestão de negócios e relacionamento com o cliente.
- Negócios complementares - incluem soluções completas em infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicações e veículos de comunicação como: lista telefônica, guias e jornais.

Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas na Nota Explicativa 29. O desempenho é avaliado com base no EBITDA do segmento uma vez que a administração acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nestas indústrias.

v. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Durante o ano de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 normas novas ou revisadas (denominado "*package of five*"), endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades.

Essas normas serão aplicáveis para os períodos anuais que iniciarão em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo a sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e/ou CFC – Conselho Federal de contabilidade).

Entretanto, é permitida a incorporação nas demonstrações financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem caracterizar a aplicação antecipadamente dessa norma e, consequentemente, das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19).

O “*package of five*” inclui as seguintes normas:

- IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”,
- IFRS 11 – “*Joint Arrangements*”,
- IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*”,
- IAS 27 – “*Separate Financial Statements*”,
- IAS 28 – “*Investments in Associates and Joint Ventures*”.

A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis à Companhia e a suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM. Em 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 “*Fair Value Measurement*”, que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

A Companhia e sua controlada não estimaram a extensão dos impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

w. Patrimônio líquido

w.1 - Reservas, dividendos e juros sobre capital próprio

- *Reserva de lucros* - Refere-se à uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros.

- *Reserva legal* - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social.

- *Reserva de retenção de lucros* - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Companhia, com base em orçamento a ser aprovado em Assembleia de Acionistas.

- *Dividendos e juros sobre capital próprio* - É assegurado aos detentores das ações preferenciais (sem direito a voto) da Companhia, o reembolso de capital e dividendos 10% maiores em relação às ações ordinárias. Os juros sobre o capital próprio pagos no decorrer do exercício foram calculados com base na Lei nº 9.249/1995. Para fins de atendimento às disposições tributárias, os juros sobre capital próprio a pagar são contabilizados como despesa financeira. Todavia, na elaboração das demonstrações financeiras, a despesa de juros sobre o capital próprio é reclassificada para a conta de lucros acumulados, demonstrado como distribuição de resultados, em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil.

x. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Swaps de taxas de juros

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e suas controladas e contraparte quando apropriado.

ii. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Caixa e bancos	27.497	36.494	8.454	20.144
Aplicações financeiras	150.756	153.497	87.546	58.235
	178.253	189.991	96.000	78.379

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, resgatáveis no prazo de até 90 dias da data do balanço.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na Nota Explicativa 28.

5 Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Valores faturados	237.187	215.452	83.326	96.009
Valores não faturados	65.509	68.338	24.583	24.978
	302.696	283.790	107.909	120.987
Provisão para redução ao valor recuperável	(62.968)	(58.432)	(33.558)	(35.911)
	239.728	225.358	74.351	85.076

Os ativos financeiros incluídos nas contas a receber de clientes são classificados como empréstimos e recebíveis demonstrados ao custo amortizado. Seu valor contábil líquido é semelhante ao seu valor justo.

A controlada CTBC Celular, tendo melhor caracterizado a natureza do ativo, reclassificou o valor referente a subsídios a apropriar incidentes sobre venda de aparelhos celulares da rubrica “Contas a receber” para “Despesas antecipadas”. O valor em 31 de dezembro de 2011 era R\$ 6.259 e R\$ 4.647 em 2010.

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito e perdas por redução ao valor recuperável, relacionadas a contas a receber de clientes estão divulgadas na Nota Explicativa 28.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

a. A composição por idade dos valores a receber vencidos é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Vencidos até 30 dias	48.608	32.013	17.358	5.030
Vencidos entre 31 e 60 dias	15.531	8.310	4.451	4.726
Vencidos entre 61 e 90 dias	5.274	4.792	2.126	2.431
Vencidos entre 91 e 120 dias	6.119	4.036	1.834	2.277
Vencidos há mais de 120 dias	60.346	56.161	30.669	32.747
	135.878	105.312	56.438	47.211

b. A movimentação da provisão para redução ao valor de realização é apresentada a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Saldo inicial	58.432	63.492	35.911	39.270
Constituição de provisão, líquida	18.068	12.538	7.404	7.337
Baixas contra contas a receber	(13.532)	(17.598)	(9.757)	(10.696)
Saldo final	62.968	58.432	33.558	35.911

6 Estoques

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Estoque para revenda	11.159	7.554	477	592
Almoxarifado e outros	583	668	-	-
	11.742	8.222	477	592

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

7 Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
ICMS - ativo imobilizado	37.828	35.880	21.024	18.151
COFINS	712	812	32	52
PIS	331	175	21	11
ISS a compensar	2.937	1.218	301	336
INSS a compensar	2.580	1.272	-	-
IRPJ/CSLL	9.587	11.112	16	8.847
ICMS a restituir	8.216	2.611	1.047	446
IRRF	3.237	1.797	406	984
Outros	4.283	911	2.843	342
Total	69.711	55.788	25.690	29.169
Parcelas do ativo circulante	39.809	27.073	9.286	15.114
Parcelas do ativo não circulante	29.902	28.715	16.404	14.055

Os valores correspondentes ao “ICMS - ativo imobilizado” referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

8 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Imposto de renda e contribuição social	(39.649)	(40.142)	(15.122)	(15.478)
Antecipação de imposto de renda e contribuição social	38.592	31.663	17.504	12.927
	(1.057)	(8.479)	2.382	(2.551)

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

b. Imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Ativo				
Imposto de renda:				
Prejuízos fiscais	34.364	21.960	15.938	9.436
Provisão para contingências e outras	44.805	45.584	18.964	22.639
	79.169	67.544	34.902	32.075
Contribuição social:				
Base negativa	12.451	6.751	5.819	3.478
Provisão para contingências e outros	16.158	17.673	6.827	8.150
	28.609	24.424	12.646	11.628
	107.778	91.968	47.548	43.703

A Companhia e suas controladas, fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico preparado pela Companhia e aprovado pela Diretoria em reunião de 3 de fevereiro de 2012, reconheceram créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que não possuem prazo prescricional.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributáveis futuros, a Companhia e suas controladas estimam recuperar esses créditos tributários nos seguintes exercícios:

	2011	
	Consolidado	Individual
2012	21.062	6.257
2013	24.714	6.257
2014	16.661	7.077
2015	19.770	8.621
2016	11.780	7.784
2017 em diante	13.791	11.552
	107.778	47.548

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Passivo				
Imposto de renda:				
Exclusões temporárias	11.628	11.628	11.628	11.628
Lei 11.638/2007 e outros	34.362	23.201	8.059	3.489
	45.990	34.829	19.687	15.117
Contribuição social:				
Exclusões temporárias	4.187	4.187	4.187	4.187
Lei 11.638/2007 e outros	12.316	8.352	2.902	1.257
	16.503	12.539	7.089	5.444
	62.493	47.368	26.776	20.561

c. Resultado do exercício

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Corrente				
Imposto de renda	(33.630)	(30.445)	(16.353)	(11.229)
Contribuição social	(12.347)	(11.611)	(5.987)	(4.248)
	(45.977)	(42.056)	(22.340)	(15.477)
Diferido				
Imposto de renda	9.007	(13.306)	5.562	(18.118)
Contribuição social	3.301	(4.795)	2.003	(6.522)
	12.308	(18.101)	7.565	(24.640)
Total	(33.669)	(60.157)	(14.775)	(40.117)

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	178.053	191.180	152.439	163.470
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	(60.538)	(65.001)	(51.829)	(55.580)
IRPJ/CSSL sobre itens de adições (exclusões):				
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	26.252	30.578
Juros sobre o capital próprio	1.280	2.431	1.280	2.431
Fornecedores a faturar	(1.468)	3.030	(383)	1.321
Provisão de remuneração variável e prêmio por resultado	728	-	293	-
Provisão para redução ao valor recuperável	(637)	-	-	-
Baixa de valores a restituir a acionistas	9.672	-	5.203	-
Adições e exclusões permanentes	9.344	-	5.036	-
Constituição (baixa) de Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.033	(3.998)	6.659	(15.770)
Incentivo a inovação tecnológica	881	-	589	-
Amortização de ágios	7.349	4.626	349	182
Provisão para contingência e outros processos	(13.073)	(1.245)	(7.787)	(3.279)
Outros	(240)	-	(437)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(33.669)	(60.157)	(14.775)	(40.117)
Alíquota efetiva	18,91%	31,47%	9,69%	24,54%

9 Investimentos

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Participação em empresas controladas	-	-	458.369	400.210
Outros investimentos	79	199	-	-
	79	199	458.369	400.210

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

a. Mutação dos investimentos

	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Engeset	Algar Tecnologia	Sabe Particip.	Algar Mídia	Image	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	137.835	109.608	18.835	88.790	32.453	-	12.689	400.210
Restituição a acionistas	-	-	-	-	(984)	-	-	(984)
Incorporação	-	-	-	-	(31.469)	31.469	-	-
Dividendos	(3.882)	(7.002)	(2.655)	(1.390)	-	(951)	(2.188)	(18.068)
Equivalência patrimonial	15.830	43.138	5.301	6.750	-	4.004	2.188	77.211
Saldo em 31 de dezembro de 2011	149.783	145.744	21.481	94.150	-	34.522	12.689	458.369

b. Informações sobre as principais empresas controladas, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	2011					
	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia (*)	Algar Mídia
Ativo circulante	60.599	110.622	8.909	36.350	68.987	26.480
Ativo não circulante	396.836	325.949	17.151	41.467	210.734	29.420
Total do ativo	457.435	436.571	26.060	77.817	279.721	55.900
Passivo circulante	83.343	69.122	7.243	30.724	84.895	15.111
Passivo não circulante	190.568	96.159	6.035	22.992	81.216	6.257
Patrimônio líquido	182.699	275.629	12.689	23.392	113.610	34.532
Capital social	163.138	245.620	12.689	12.751	59.594	15.884
Receita líquida	313.711	246.804	20.007	119.842	390.818	41.217
Resultado líquido do exercício	18.698	59.658	2.188	5.933	6.945	4.005

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

	2010					
	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia (*)	Sabe Particip.
Ativo circulante	68.496	96.935	7.878	29.287	64.599	26.541
Ativo não circulante	297.732	286.998	14.705	28.014	194.647	27.823
Total do ativo	366.228	383.933	22.583	57.301	259.246	54.364
Passivo circulante	135.436	77.808	5.099	18.665	76.207	15.116
Passivo não circulante	75.517	80.353	4.795	18.522	74.724	6.786
Patrimônio líquido	82.775	225.772	12.689	20.114	108.315	32.462
Capital social	77.270	245.620	12.689	12.751	59.594	62.745
Receita líquida	282.908	206.509	20.316	91.214	338.068	37.843
Resultado líquido do exercício	23.987	61.529	1.809	4.254	16.039	4.695

(*) informações consolidadas.

	Individual - 2011					
	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia (*)	Algar Mídia
Quantidade de ações ou quotas possuídas:						
Ações ON	375.728	4.149.326	-	3.831.614	8.109	9.251.158
Ações PN	243.814	1.157.705	-	693	3	-
Quotas	-	-	2.215.989	-	-	-
Percentual de participação direta da controladora:						
No capital social	84,43%	72,48%	100%	100%	84,34%	99,97%
No capital votante	94,13%	89,47%	100%	100%	84,27%	100%

	Individual – 2010					
	CTBC Celular	CTBC Multimídia	Image	Engeset	Algar Tecnologia	Sabe Particip.
Quantidade de ações ou quotas possuídas:						
Ações ON	140.502	4.149.326	-	3.831.614	8.109	60.259.378
Ações PN	91.173	1.157.705	-	693	3	-
Quotas	-	-	2.215.989	-	-	-
Percentual de participação direta da controladora:						
No capital social	84,43%	72,48%	100%	100%	84,34%	99,97%
No capital votante	94,00%	89,47%	100%	100%	84,27%	100%

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

10 Intangível

a. Movimentação do custo

	Consolidado				2011
	2010	Adições	Baixas	Transfe- rências (*)	
Marcas e patentes	36	-	(1)	-	35
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	5.996	-	1	677	6.674
Direito de uso de <i>Backbone</i>	50.909	-	-	23.832	74.741
Direito de uso TV por satélite - DTH	7.137	-	1	-	7.138
Outorgas regulatórias	38.970	-	(1)	25.823	64.792
Sistemas de informação	191.680	563	(1.267)	38.098	229.074
Ágio em investimento em controladas	115.346	-	-	-	115.346
	410.074	563	(1.267)	88.430	497.800

b. Movimentação da amortização acumulada

	Vida útil média (anos)	Consolidado				2011
		2010	Adições	Baixas	Transfe- rências (*)	
Marcas e patentes	7	(28)	(3)	-	-	(31)
PPDUR - Preço Público Rádio Frequencia	14	(1.469)	(570)	1	(66)	(2.104)
Direito de uso de <i>Backbone</i>	9	(24.857)	(5.414)	-	-	(30.271)
Direito de uso TV por satélite - DTH	6	(1.078)	(1.083)	-	-	(2.161)
Outorgas regulatórias	14	(8.210)	(2.610)	-	-	(10.820)
Sistemas de informação	7	(114.202)	(22.737)	1.038	249	(135.652)
Ágio em investimento em controladas	-	(61.718)	-	-	-	(61.718)
		(211.562)	(32.417)	1.039	183	(242.757)
Saldo		198.512	(31.854)	(228)	88.613	255.043

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c. Movimentação do custo

	Individual			
	2010	Baixas	Transfe- rências (*)	2011
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	5.284	-	677	5.961
Direito de uso de <i>Backbone</i>	21.209	-	23832	45.041
Outorgas regulatórias	2.637	-	-	2.637
Sistemas de informação	112.855	(666)	13.042	125.231
Ágio em investimento em controladas	31.958	-	-	31.958
	173.943	(666)	37.551	210.828

d. Movimentação da amortização acumulada

	Individual					
	Vida útil média (anos)	2010	Adições	Baixas	Transfe- rências (*)	2011
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	14	(1.289)	(481)	-	(66)	(1.836)
Direito de uso de <i>Backbone</i>	9	(10.771)	(4.058)	-	-	(14.829)
Outorgas regulatórias	14	(2.056)	(41)	-	-	(2.097)
Sistemas de informação	7	(72.159)	(13.585)	666	279	(84.799)
Ágio em investimento em controladas	-	(10.987)	-	-	-	(10.987)
		(97.262)	(18.165)	666	213	(114.548)
Saldo		76.681	(18.165)	-	37.764	96.280

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

e. Ágio por rentabilidade futura (Goodwill)

Inclui o ágio no valor de R\$ 17.722 decorrente do contrato de compra e venda de quotas, datado de 15 de março de 2010, em que a controlada Algar Tecnologia adquiriu a totalidade das quotas de capital da Synos, empresa sediada em Belo Horizonte - MG, com atuação em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, sob o comando de filiais estabelecidas nestas cidades.

A empresa adquirida atua nas atividades de desenvolvimento e manutenção de *software* e

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

oferece soluções como *outsourcing* e manutenção de aplicativos, projetos de *software*, consultoria, treinamento e licenciamento. A aquisição da Synos apresenta-se como fator essencial de sinergia com o objeto social da Algar Tecnologia, que permitirá a ampliação da sua base de atuação e penetração nos diversos segmentos do mercado.

Além da complementação do portfólio da Algar Tecnologia, que oferece os serviços de *hosting co-location*, *service desk*, segurança em TI, recuperação de crédito, dentre outros, a Synos fortalecerá a sua carteira, somando-se cerca de 40 clientes dos setores público e privado e possibilitará o seu posicionamento em patamares operacionais, compatíveis com as projeções de crescimento e sustentabilidade dos seus negócios.

Tendo por base o balanço da empresa adquirida, levantado em 28 de fevereiro de 2010, foi apurado um ágio na aquisição, fundamentado como rentabilidade futura, demonstrado como segue:

Demonstração do ágio por rentabilidade futura

Contraprestação efetivamente transferida/a transferir	10.000
Valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Investida:	
Ativos circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	119
Contas a receber	1.371
	<u>1.490</u>
Ativos não circulantes	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.041
Imobilizado	409
Intangível	14
	<u>4.464</u>
	<u>5.954</u>
Passivos circulantes	
Fornecedores	(602)
Obrigações tributárias e trabalhistas	(454)
Outras obrigações	(540)
	<u>(1.596)</u>
Passivos não circulantes	
Provisão para contingências	(11.886)
Outras obrigações	(194)
	<u>(12.080)</u>
	<u>(13.676)</u>
Ágio por rentabilidade futura	<u><u>17.722</u></u>

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

f. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio

A Companhia e suas controladas avaliaram, em 31 de dezembro de 2011, a recuperação do valor contábil do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado para a UGC. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia, aprovada pela Administração. O teste de recuperação do ativo realizado pela Companhia concluiu não ser necessário o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada UGC são como a segue:

UGCs Identificadas	2011
CTBC Telecom	20.971
CTBC Celular	24.392
CTBC Multimídia	37.366
Algar Tecnologia	17.722
Algar Mídia	11.851

Os valores recuperáveis das UGCs foram baseados nos seus valores em uso. A metodologia aplicada para determinar os valores das UGCs é o fluxo de caixa descontado. O conceito básico desta metodologia resume-se na determinação dos fluxos de caixa livres em um período determinado, em função:

- do resultado operacional;
- do retorno ao resultado operacional da depreciação sobre o ativo imobilizado, apropriada ao resultado do exercício; e
- da necessidade líquida de capital de giro incremental, determinada em função do ciclo financeiro das controladas.

Os saldos de caixa por período são calculados a valor presente, descontados através da aplicação da taxa que determina o Custo Médio Ponderado de Capitais (*Weighted Average Cost of Capital* (WACC)). Essa taxa considera diversos componentes do financiamento, dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades. O custo do capital próprio da Companhia e suas controladas foi calculado pelo método CAPM (*Capital Asset Pricing Model*).

Foi considerado um período de fluxo de caixa de cinco a sete anos de acordo com as projeções da Companhia e de suas controladas, acrescidos do valor residual calculado pela perpetuação do saldo de caixa no quinto ou sétimo ano, descontado ao valor presente pelo WACC.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2011, para as UGCs, são as que seguem:

UGCs Identificadas	Taxa de Desconto WACC (i)	EBITDA (ii)
CTBC Telecom	7,9%	200.956
CTBC Celular	7,9%	59.952
CTBC Multimídia	7,9%	135.879
Algar Tecnologia	8,4%	19.252

(i) A taxa de desconto foi calculada antes dos impostos.

(ii) EBITDA, médio do período orçado de 5 anos.

A Administração determinou o EBITDA orçado com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do segmento. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

Análise de sensibilidade na mudança das premissas

A Companhia e suas controladas avaliaram em 31 de dezembro de 2011, os efeitos da mudança nas principais premissas envolvidas na determinação do valor recuperável dos seus ativos. A Administração identificou duas premissas principais para as quais, alterações razoavelmente possíveis podem acarretar no fato de o valor contábil ser superior ao valor recuperável, embora tais fatos estejam. Tais premissas estão associadas ao aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto em decorrência do aumento do risco do negócio e à redução de 1 ponto percentual na margem EBITDA da Companhia simultaneamente ao aumento do risco.

A tabela abaixo apresenta o montante no qual alterações nas duas premissas básicas simultaneamente poderiam resultar no valor recuperável ser inferior ao valor contábil:

UGCs Identificadas	Aumento (redução do valor contábil)
CTBC Telecom	12.511
CTBC Celular	12.547
CTBC Multimídia	25.173
Algar Tecnologia	1.718

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

11 Imobilizado

a. Movimentação do custo

	Consolidado				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Edifícios e benfeitorias	148.373	-	(51)	7.743	156.065
Equipamentos de comutação	297.758	-	(18.848)	10.556	289.466
Equipamentos de terminais	141.959	-	(625)	34.167	175.501
Equipamentos e meios de transmissão	889.680	1.917	(7.910)	12.089	895.776
Equipamentos de energia e climatização	78.414	9	(2.479)	10.033	85.977
Infraestruturas	102.621	498	(202)	3.637	106.554
Veículos	18.363	772	(1.233)	1.757	19.659
Móveis e utensílios	55.842	231	(534)	2.462	58.001
Sistemas de processamento de dados e outros	295.454	2.284	(4.847)	19.959	312.850
	2.028.464	5.711	(36.729)	102.403	2.099.849
Terrenos	30.204	-	(124)	64	30.144
Obras em andamento	235.915	366.125	4.632	(191.790)	414.882
	2.294.583	371.836	(32.221)	(89.323)	2.544.875

b. Movimentação da depreciação acumulada

	Vida útil média (anos)	Consolidado				31/12/2011
		31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Edifícios e benfeitorias	20	(41.562)	(8.292)	42	(30)	(49.842)
Equipamentos de comutação	10	(229.276)	(10.403)	18.848	(1)	(220.832)
Equipamentos de terminais	4	(102.422)	(22.763)	568	(4)	(124.621)
Equipamentos e meios de transmissão	17	(659.432)	(32.004)	5.465	(204)	(686.175)
Equipamentos de energia e climatização	11	(53.697)	(4.722)	2.439	(118)	(56.098)
Infraestruturas	33	(53.337)	(3.295)	202	60	(56.370)
Veículos	6	(7.894)	(2.066)	773	1.449	(7.738)
Móveis e utensílios	10	(41.542)	(2.147)	527	(359)	(43.521)
Sistemas de processamento de dados	6	(209.037)	(26.706)	4.672	(89)	(231.160)
		(1.398.199)	(112.398)	33.536	704	(1.476.357)
Saldo		896.384	259.438	1.315	(88.619)	1.068.518

(*) O saldo de transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c. Movimentação do custo

	Individual				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Edifícios e benfeitorias	46.625	-	(51)	3.550	50.124
Equipamentos de comutação	249.382	-	(379)	1.242	250.245
Equipamentos de terminais	104.031	-	(502)	16.362	119.891
Equipamentos e meios de transmissão	617.848	8	(2.996)	5.972	620.832
Equipamentos de energia e climatização	41.775	-	(1.926)	4.116	43.965
Infraestruturas	68.991	-	(202)	3.361	72.150
Veículos	2.876	-	(19)	1.566	4.423
Móveis e utensílios	27.090	-	(89)	592	27.593
Sistemas de processamento de dados	166.228	-	(2.184)	8.237	172.281
	1.324.846	8	(8.348)	44.998	1.361.504
Terrenos	5.261	-	(19)	33	5.275
Obras em andamento	109.249	140.882	-	(82.582)	167.549
	1.439.356	140.890	(8.367)	(37.551)	1.534.328

d. Movimentação da depreciação acumulada

	Vida útil média (anos)	Individual				31/12/2011
		31/12/2010	Adições	Baixas	Transfe- rências(*)	
Edifícios e benfeitorias	20	(15.374)	(3.804)	42	4	(19.132)
Equipamentos de comutação	10	(203.446)	(5.720)	379	(1)	(208.788)
Equipamentos de terminais	4	(76.241)	(13.944)	501	(4)	(89.688)
Equipamentos e meios de transmissão	17	(501.653)	(11.924)	2.996	2	(510.579)
Equipamentos de energia e climatização	11	(34.696)	(2.413)	1.922	(4)	(35.191)
Infraestruturas	33	(42.638)	(1.531)	202	-	(43.967)
Veículos	6	(1.732)	(611)	19	-	(2.324)
Móveis e utensílios	10	(24.109)	(743)	89	(164)	(24.927)
Sistema de processamento de dados	6	(125.694)	(11.350)	2.182	(46)	(134.908)
		(1.025.583)	(52.040)	8.332	(213)	(1.069.504)
Saldo		413.773	88.850	(35)	(37.764)	464.824

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do imobilizado em andamento, identificados como intangível.

Informações adicionais sobre o ativo imobilizado

Conforme disposto no CPC-27 e na Interpretação Técnica 10 (ICPC-10) emitidas pelo CPC, a Companhia implantou políticas internas de revisões periódicas das vidas úteis de seus ativos

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

imobilizados, o que é feito pelo menos uma vez a cada exercício social.

a. Bens vinculados à Concessão

De acordo com os contratos de concessão do STFC, os bens da controladora CTBC Telecom que estiverem na condição de indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como “bens reversíveis”, quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo a Companhia resguardada do direito às indenizações previstas na legislação e nos respectivos contratos de concessão.

Os valores de 2010 apresentados abaixo se referem à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL e aprovados em abril de 2011. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2010, à época considerados com prévia. Os bens elencados no ano de 2011, conforme relação abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2012, conforme regulamentação.

Os valores dos bens reversíveis são demonstrados abaixo (não auditado).

	Consolidado					
	2011			2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	17.426	(4.351)	13.075	17.377	(3.863)	13.514
Equipamentos de energia e climatização	42.698	(34.820)	7.878	41.319	(34.498)	6.821
Equipamentos de comutação	239.496	(206.014)	33.482	239.873	(201.777)	38.096
Equipamentos de processamento dados	44.974	(39.594)	5.380	44.766	(36.391)	8.375
Equipamentos e meios de transmissão	606.461	(506.077)	100.384	609.353	(497.946)	111.407
Equipamentos de terminais	39.578	(30.815)	8.763	39.103	(27.787)	11.316
Infraestruturas	67.324	(43.660)	23.664	67.523	(42.531)	24.992
Licenças de concessão PPDUR	5.419	(1.743)	3.676	5.255	(1.286)	3.969
Moveis e utensílios	15.861	(14.857)	1.004	15.942	(14.535)	1.407
Outorgas regulatórias	2.637	(2.097)	540	2.637	(2.056)	581
Sistemas de informação	93.188	(69.703)	23.485	92.074	(60.021)	32.053
Terrenos	4.266	-	4.266	4.285	-	4.285
Veículos	2.396	(532)	1.864	865	(288)	577
	<u>1.181.724</u>	<u>(954.263)</u>	<u>227.461</u>	<u>1.180.372</u>	<u>(922.979)</u>	<u>257.393</u>

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

b. Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia e suas controladas possuíam bens do ativo imobilizado dados como garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos, incluindo arrendamento mercantil, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado					
	2011			2010		
	Depreciação			Depreciação		
	Custo	acumulada	Líquido	Custo	acumulada	Líquido
Edifícios e benfeitorias	62.021	(13.542)	48.479	27.865	(2.345)	25.520
Equipamentos de energia e climatização	384	(355)	29	386	(286)	100
Equipamentos de comutação	405	(240)	165	405	(183)	222
Equipamentos de processamento dados	4.277	(3.176)	1.101	5.496	(3.587)	1.909
Equipamentos e meios de transmissão	3.342	(2.750)	592	7.425	(4.597)	2.828
Equipamentos de terminais	5	(3)	2	1.239	(1.235)	4
Infraestruturas	45	(32)	13	45	(29)	16
Moveis e utensílios	1.221	(560)	661	1.711	(793)	918
Sistemas de informação	-	-	-	124	(124)	-
Veículos	4.298	(1.603)	2.695	4.124	(1.839)	2.285
	75.998	(22.261)	53.737	48.820	(15.018)	33.802

c. Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado

A Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R\$ 6.074 (R\$ 4.201 em 2010)

d. Despesas com arrendamentos operacionais

A controladas Algar Tecnologia, Engeset e Synos possuem arrendamentos operacionais que geraram despesas no exercício no valor de R\$ 764 (R\$ 655 em 2010: Algar Tecnologia).

Notas Explicativas**Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Consolidado e Individual****Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)***12 Empréstimos e financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do grupo a risco de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, vide nota explicativa 28.

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Empréstimos:				
Em moeda estrangeira	53.054	3.115	32.843	3.115
Em moeda nacional	296.786	240.759	163.864	76.342
Financiamento em moeda nacional:				
Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG	58.754	31.031	26.441	28.633
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES*	149.186	117.490	108.550	82.833
Arrendamento mercantil	4.736	1.450	4.157	126
	<u>562.516</u>	<u>393.845</u>	<u>335.855</u>	<u>191.049</u>
Parcelas do passivo circulante	100.522	119.738	53.294	38.249
Parcelas do passivo não circulante	<u>461.994</u>	<u>274.107</u>	<u>282.561</u>	<u>152.800</u>

(*) Os valores correspondem a financiamentos diretos e repasses de recursos através dos bancos BDMG, Brasil, Unibanco.

Em 2011, a Companhia e suas controladas captaram em torno de R\$ 340.000 junto a instituições financeiras, com o objetivo de suprir as necessidades de investimentos dos projetos relacionados às suas operações. Os bancos de fomento, BDMG e BNDES, representam 20% desse montante. Foram captados R\$ 32.733 junto ao BDMG e R\$ 35.218 foram liberados pelo BNDES correspondentes a liberações referentes aos contratos assinados em dezembro de 2009.

Outras captações representativas ocorreram junto ao Banco IBM, no valor aproximado de R\$ 88.370. O Banco Safra foi responsável pela liberação de R\$ 52.500 em dezembro de 2011. A Companhia e sua controlada Algar Tecnologia, também assinaram contratos junto ao Banco HSBC, no valor de R\$ 60.000 e R\$ 5.000, respectivamente. Em abril de 2011 a controlada CTBC Celular firmou contrato com a CEF no montante de R\$ 30.000.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os outros recursos foram captados junto ao Bradesco e Banco do Brasil, no montante de R\$3.900 e R\$ 21.800, respectivamente. Os contratos de leasing, no valor total de R\$ 10.335 foram assinados com a SG Equipment Finance e HP Financial Services.

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Controladora e das controladas estão indexados de acordo com o quadro a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
CDI	299.769	237.288	168.021	76.468
TJLP	150.939	122.411	108.550	82.833
Dólar	53.054	3.115	32.843	3.115
IPCA	58.754	31.031	26.441	28.633
Total	562.516	393.845	335.855	191.049

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

Individual			
Juros	Instituição Financeira	2011	2010
4,5% a 6%	BNDES e Leasing	19.187	12.023
De 8% a 10%	BNDES	9.165	10.540
De 10% a 12%	BDMG, BNDES, HSBC, IBM, Rabobank, Standard, Unibanco e Leasing.	224.183	80.394
De 12% a 15%	BDMG, Bradesco, CEF, Itaú BBA, Rabobank, Safra, Standard e Unibanco.	83.320	88.092
Total		335.855	191.049

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Controladas			
Juros	Instituição Financeira	2011	2010
4,5% a 6%	BNDES, HSBC e Safra.	3.580	2.506
De 8% a 10%	BDMG, BNDES e Brasil.	5.714	5.618
De 10% a 12%	BDMG, BNDES, Brasil, IBM, Itaú BBA, Rabobank, Standard, Unibanco e Leasing.	78.154	112.827
De 12% a 15%	BNDES, Brasil, CEF, Credit Suisse, HSBC, IBM, Itaú BBA, Rabobank, Safra, Standard, Unibanco e Leasing.	139.081	81.797
De 15% a 18%	Brasil e Leasing	132	48
Total		226.661	202.796
Total Consolidado		562.516	393.845

A totalidade do saldo de circulante de empréstimos e financiamentos refere-se à maturação corrente dos contratos de longo prazo. Os empréstimos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	2011	
	Consolidado	Individual
2013	103.803	64.099
2014	119.053	70.746
2015	118.663	71.590
2016 em diante	120.475	76.126
	461.994	282.561

Quebra de cláusulas contratuais (covenants)

Certos contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e controladas estabelecem índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos.

A Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image Telecom tem contratos de empréstimos e financiamentos que contém cláusulas restritivas (“covenants”) que totalizam R\$ 408.188 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 477.821 em 2010), vencíveis entre 2012 e 2018. Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos são exigidos em bases consolidadas e

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

são calculados trimestralmente para verificação de seus cumprimentos.

O não atingimento dos índices acordados implica no vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos abrangidos por esta previsão contratual.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os índices exigidos foram todos cumpridos e estão demonstrados no quadro abaixo:

Indicadores	Consolidado			
		2011		2010
Dívida Líquida / EBITDAR (*) - realizado	=	1,54	=	1,15
BNDES, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≤	2,25	≤	2,25
EBITDAR / Despesa Financeira Líquida - realizado	=	4,70	=	6,08
BNDES, Itaú, Rabobank (meta trimestral)	≥	2,00	≥	1,75
Índice de Capitalização (PL / AT) - realizado	=	0,28	=	0,27
BNDES (meta trimestral)	≥	0,25	≥	0,20
Dívida Financeira Líquida de Curto Prazo (**) / EBITDAR-realizado	=	0,02	=	(0,04)
BNDES (meta trimestral)	≤	0,35	≤	0,35

(*) Saldo da rubrica lucro bruto, deduzido das despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas/receitas operacionais líquidas, somado ao saldo das rubricas “depreciação e amortização” (incluindo amortização de ágio, líquida de deságio) e despesas com operações de arrendamento mercantil.

(**) Dívida do passivo circulante composta por empréstimos e financiamentos, debêntures, dívida onerosa com fornecedores e mútuo, líquida das disponibilidades e mutuo ativo de curto prazo.

As garantias, avais e fianças estão apresentados na Nota Explicativa 21.

13 Debêntures

Em 2 de agosto de 2007, foi realizada a subscrição e integralização de 2.500 debêntures não conversíveis em ações, emitidas em série única, pela Companhia, no regime de garantia firme, com valor de face unitário de R\$ 100, no montante de R\$ 250.000. Nessa mesma data, os recursos

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

foram destinados para o pagamento antecipado de empréstimos e financiamentos.

O prazo de vigência das debêntures é de 7 anos, contados da data de emissão, com vencimento em 2 de julho de 2014 e remuneradas a uma taxa de CDI + 0,85% ao ano.

Os valores são demonstrados a seguir:

	Consolidado e Individual	
	2011	2010
Debêntures(*) 1ª emissão: série única		
Moeda nacional:		
Principal	214.286	250.000
Juros	13.091	14.007
	<u>227.377</u>	<u>264.007</u>
(-) Passivo circulante	84.520	49.721
Passivo não circulante	142.857	214.286
* Debêntures quiriografárias		

O saldo não circulante das debêntures apresenta a seguinte composição por vencimento:

	2011	
	Consolidado e Individual	
2013	71.429	71.429
2014	71.428	71.428
	<u>142.857</u>	<u>142.857</u>

Os índices estabelecidos pelas instituições financeiras, relativos às debêntures, calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas, foram todos cumpridos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro 2010 e estão demonstrados na Nota Explicativa 12.

14 Autorização de serviços de telecomunicações a pagar e fornecedores de equipamentos

Em maio de 2011, a CTBC Celular assinou com a ANATEL o contrato de aquisição da licença da Banda H pelo valor de R\$ 30,5 milhões e está autorizada a oferecer serviços 3G em mais de 230 cidades do Estado de Minas Gerais. Do valor total dessa licença 90% será financiado pela própria ANATEL, sendo atualizado pelo IST (Índice de Serviços de Telecomunicações) +1% a.m. O

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

prazo de pagamento é de 8 anos, com amortizações em parcelas anuais e iguais a partir do 3º. ano.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia adquiriram da Huawei do Brasil e Huawei Serviços, equipamentos e serviços para transmissão de dados destinados à utilização em suas atividades operacionais. Sobre o saldo devedor, com vencimento final em 2011, incide juros médios correspondentes a 100% do CDI + 0,99% a.a.

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Huawei do Brasil	-	2.284	-	194
Huawei Serviços	-	7.259	-	4.260
Aymoré Financiamentos	-	56	-	-
Cemig Distribuições	339	-	339	-
Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	24.530	-	-	-
Total	24.869	9.599	339	4.454
Passivo circulante	339	9.599	339	4.454
Passivo não circulante	24.530	-	-	-

15 Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
ICMS	27.358	25.256	17.041	17.425
COFINS	7.141	6.789	2.574	2.625
PIS	1.535	1.468	550	569
IRRF	5.183	4.662	1.398	1.646
INSS	1.815	438	474	196
Fust/Funttel	1.298	1.201	744	741
ISS	2.517	2.149	373	277
Outros	1.924	1.407	470	388
Total	48.771	43.370	23.624	23.867

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

16 Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Salários e ordenados	16.348	12.125	297	693
Encargos sociais sobre salários e ordenados	13.587	9.680	2.438	1.848
Férias e encargos sociais	42.650	38.175	11.682	10.731
Gratificações	25.516	27.768	12.087	11.197
Outros	9.790	4.611	1.090	191
	107.891	92.359	27.594	24.660

17 Tributos parcelados

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Contribuições previdenciárias	2.198	8.865	1.590	5.028
Tributos federais	30.915	40.813	3.106	13.563
	33.113	49.678	4.696	18.591
Passivo circulante	7.517	16.784	3.365	3.007
Passivo não circulante	25.596	32.894	1.331	15.584

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os impostos parcelados de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	2011	
	Consolidado	Individual
2013	17.364	1.331
2014	2.995	-
2015	2.792	-
2016 em diante	2.445	-
	25.596	1.331

A Companhia e suas controladas estão cumprindo com as obrigações dentro dos prazos e condições previstos nos planos de parcelamentos e respectiva legislação.

Parcelamento Lei 11.941 de 27 de maio de 2009 - REFIS IV

A Companhia e suas controladas aderiram ao Programa de Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009, podendo parcelar, em até 180 meses, débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), o PAES e o PAEX, vencidos até 30 de novembro de 2008.

A adesão foi deferida e a Companhia e suas controladas indicaram os débitos para consolidação em 30 de junho de 2011, conforme prazo legal estabelecido.

Como forma de pagamento do parcelamento foi utilizado o montante de R\$ 10.753 relativos a créditos fiscais, conforme previsão legal, reduzindo o saldo do parcelamento a pagar.

As controladas Algar Mídia e CTBC Multimídia não conseguiram consolidar débitos de II, IPI, PIS e COFINS junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, por suposto equívoco na indicação do código de adesão. A negativa da PGFN está sendo objeto de discussão judicial e os débitos se encontram provisionados (Valor provisionado R\$ 12.814).

18 Provisões e depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos de contingências, com base em critérios jurídicos, econômicos e contábeis. Estes riscos são classificados com base na expectativa de perda provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade da contingência, levando-se em consideração as análises de seus assessores jurídicos. Por determinação legal ou por cautela são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados às contingências provisionadas ou não provisionadas.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

a. Processos judiciais e administrativos provisionados

	Consolidado				
	Trabalhistas	Tributários	Processos Adm. ANATEL	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2010	19.067	91.221	22.635	6.013	138.936
Depósitos judiciais	(8.466)	(63.830)	(1.694)	(894)	(74.884)
Provisões líquidas em 31/12/2010	10.601	27.391	20.941	5.119	64.052
Adições	2.508	26.727	5.233	4.157	38.625
Atualização monetária	15	13.924	-	804	14.743
Baixas	(2.669)	(1.362)	(163)	(1.187)	(5.381)
Provisões em 31/12/2011	18.921	130.510	27.705	9.787	186.923
Depósitos judiciais	(11.241)	(70.270)	(1.754)	(482)	(83.747)
Provisões líquidas em 31/12/2011	7.680	60.240	25.951	9.305	103.176

	Individual				
	Trabalhistas	Tributários	Processos Adm. ANATEL	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2010	4.309	37.406	22.786	3.657	68.158
Depósitos judiciais	(1.532)	(30.762)	(1.694)	(810)	(34.798)
Provisões líquidas em 31/12/2010	2.777	6.644	21.092	2.847	33.360
Adições	(893)	15.722	5.233	330	20.392
Atualização monetária	-	8.235	-	-	8.235
Baixas	(241)	(45)	(163)	(554)	(1.003)
Provisões em 31/12/2011	3.175	61.318	27.856	3.433	95.782
Depósitos judiciais	(1.313)	(33.627)	(1.754)	(311)	(37.005)
Provisões líquidas em 31/12/2011	1.862	27.691	26.102	3.122	58.777

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Processos Cíveis e Processos Administrativos da ANATEL

- i. Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

- ii. Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição no Serviço de Proteção ao Consumidor “SPC”, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços), ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais.
- iii. Ação Civil Pública questionando alterações em planos de serviços.
- iv. Demandas administrativa e judicial em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos na prorrogação da concessão do STFC e autorização SMP.
- v. Processos judiciais com Concessionárias de Energia Elétrica, questionando valores exigidos pelo compartilhamento de infraestrutura.

Trabalhistas

Reclamações trabalhistas em que se discutem vínculos de emprego, horas extras, indenizações por LER/DORT e diferenças salariais.

Tributárias

- i. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”): a Algar Tecnologia obteve decisão transitada em julgado e proferida nos autos de Ação Declaratória, na qual ficou reconhecida a inexistência de relação jurídica tributária decorrente da edição da Lei 7.689/88 que instituiu a CSLL. A Receita Federal do Brasil (“RFB”) desconsiderou os efeitos da referida decisão e lavrou autuação. (Valor da provisão: R\$ 14.295 - Depósito judicial vinculado: R\$ 9.082).
- ii. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia e CTBC Celular, mantêm discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano de 2000. (Valor da provisão: R\$ 24.390 - Depósito judicial vinculado: R\$ 22.471).
- iii. Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”): a Companhia e suas controladas, CTBC Multimídia, CTBC Celular e Image, discutem a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, pois entendem que esta parcela não representa receita auferida (Valor da provisão: R\$ 34.940 e Depósito judicial vinculado: R\$ 35.003).
- iv. Fundo de Investimento Social (“FINSOCIAL”): execução fiscal, cujo objeto são débitos alcançados pela decadência. A Companhia aderiu ao REFIS em 2000 para parcelamento de outros débitos e a RFB incluiu no parcelamento de forma unilateral os débitos em questão. Diante disso a Fazenda Nacional compreendeu que teria havido tácita renúncia ao direito sobre o qual se funda os Embargos a Execução. (Valor da provisão: R\$ 5.228).

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

- v. PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e CSLL: a controlada CTBC Telecom e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia, em dezembro de 2011, realizaram baixa de valores devidos a terceiros em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável. (Valor da provisão: R\$ 11.519).
- vi. PIS e COFINS: a Companhia e a sua controlada CTBC Celular possuem discussão em relação ao enquadramento de alguns produtos e serviços para apuração das contribuições. (Valor da provisão: R\$ 16.480).
- vii. Imposto Sobre Serviços ("ISS"): a Companhia e a sua controlada CTBC Celular, sofrem a exigência de ISS em relação a receita de alguns serviços que são submetidos a incidência do ICMS. (Valor da provisão: R\$ 1.073).
- viii. ICMS: a Companhia e a sua controlada CTBC Celular, reclamam o reconhecimento do direito ao crédito de ICMS relativo aos estornos de débito, realizados nas prestações de serviço de telecomunicações. (Valor da provisão: R\$ 2.466).
- ix. ICMS: a controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa ao aproveitamento de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor da provisão: R\$ 3.148).
- x. Imposto de Importação ("II") e Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"): a controlada Algar Mídia possui demanda judicial para garantir a consolidação de débitos de II e IPI no parcelamento da Lei nº. 11.941/2009. (Valor da provisão: R\$ 1.709).

b. Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Tributos federais	1.619	680	1.480	586
TFI	16.176	15.053	-	-
EBC	3.212	1.919	661	393
FUNTTEL	4.470	969	2.486	543
FUST	3.234	3.414	1.436	1.060
INSS	17.714	16.575	-	-
ISS	3.843	-	18	-
ICMS	11.487	6.814	868	306
Ocupação faixa de domínio	18.885	-	18.885	-
Outros	1.041	828	1.015	802
	81.681	46.252	26.849	3.690

(*) Fundo para desenvolvimento tecnológico das telecomunicações

(**) Empresa Brasil de Comunicação

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os principais processos tributários da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

- i. Tributos Federais: não homologações de compensações efetuadas pela Companhia e suas controladas considerando divergências entre as informações constantes de declarações de compensações e obrigações acessórias entregues ao fisco. (Valor envolvido: R\$ 1.619).
- ii. Taxa de Fiscalização de Instalação (“TFI”): cobrança em face da controlada CTBC Celular quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em Resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. A CTBC Celular apresentou a competente impugnação dessa cobrança. (Valor envolvido: R\$ 16.176).
- iii. Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (“FUNTTEL”) e FUST: a Companhia e suas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia e Image impugnam lançamentos a título de diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUNTTEL e FUST em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (Valor envolvido: R\$ 7.704).
- iv. INSS: autuações pela RFB em face das controladas Algar Tecnologia e Algar Mídia que exigiu contribuições previdenciárias sobre o vale transporte consignado em folha de pagamento e contribuição patronal para a previdência privada. As controladas quitaram parte e parcelaram o restante dos débitos que entendiam devidos, sendo que a diferença em relação ao total da autuação foi objeto de impugnação administrativa, cujo desfecho se deu desfavorável à Companhia. A Procuradoria executou a dívida de dois dos três processos administrativos, sendo que mantivemos a discussão através de Embargos dando imóvel em garantia. Além da decisão favorável de pleno do STF, foi emitida Súmula da AGU reforçando a tese, o que aumenta a chance de êxito da discussão. (Valor envolvido: R\$17.714).
- v. Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”): em outubro de 2007 foi editada a Medida Provisória nº 398, posteriormente convertida na Lei nº 11.652/08, que instituiu a Contribuição à Radiodifusão Pública, sendo que a Companhia e a controlada CTBC Celular questionam judicialmente a inconstitucionalidade da referida Contribuição. Os valores devidos estão sendo depositados em juízo. (Valor envolvido: R\$ 3.212 – depositado judicialmente).
- vi. ISS: A Controlada CTBC Multimídia possui discussão com Municipalidades, questionando a incidência de ISS sobre a locação de fibra óptica apagada. (Valor envolvido: R\$ 3.843).

Notas Explicativas**Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Consolidado e Individual****Notas explicativas às demonstrações financeiras***(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)*

- vii. ICMS Importação: Execução fiscal movida pelo Estado de MG em desfavor da controlada CTBC Celular para cobrança de ICMS na importação de equipamentos realizada por fornecedor da referida controlada, o qual promoveu a entrada dos equipamentos pelo Estado de SP onde é sediada. (Valor envolvido: R\$ 6.319).
- viii. Demandas judiciais com Concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio a qual é considerada bem de uso comum, não abarcado no objeto da concessão outorgada as Concessionárias. (Valor envolvido: R\$ 18.885).
- ix. ICMS: A controlada CTBC Multimídia possui discussão relativa a escrituração de crédito de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal. (Valor envolvido: R\$ 4.299).

19 Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital autorizado da Companhia é representado por 1.000.000 de ações ordinárias e preferenciais, todas nominativas, sem valor nominal.

As ações preferenciais não conferem a seus titulares direito de voto nas deliberações sociais e têm os seguintes direitos: a) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido; b) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no saldo remanescente do lucro líquido, após pagamento do dividendo obrigatório aos titulares das ações ordinárias; c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e d) dividendos 10% maiores em relação às ações ordinárias.

As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o capital social era composto como segue:

Valor do capital social	271.641
Quantidade de Ações	
ON	281.933
PN	58.464
Total	<u>340.397</u>

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

b. Valores a restituir a acionistas

Em janeiro de 2006, nos termos do art. 12 da Lei nº 6.404/76, a Companhia procedeu ao grupamento de ações à razão de 1.000 ações por 1 ação. O grupamento teve por objetivo: (a) reduzir custos administrativos e operacionais para a Companhia e seus acionistas; (b) melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações; e (c) reduzir as possibilidades de erros de informação e comunicação, melhorando o atendimento aos acionistas da Companhia. Após o grupamento, foi publicada a comunicação aos acionistas que se tornaram titular de fração de ação para manifestar sua intenção de permanecer na Companhia, capitalizando o restante da fração de ação ou de receber o crédito apurado. Após o período legal, os valores ficaram registrados no passivo circulante, à disposição dos acionistas.

A Companhia e suas controladas CTBC Celular e CTBC Multimídia realizaram, em dezembro de 2011, a baixa dos valores anteriormente contabilizados como passivo circulante em contrapartida de outras receitas operacionais do exercício (nota explicativa 27), tendo por base a decorrência do prazo prescricional previsto na legislação civil aplicados a créditos não resgatados. Os valores baixados foram R\$ 15.312 na Companhia, R\$ 6.299 na CTBC Celular e R\$ 6.852 na CTBC Multimídia, totalizando R\$ 28.463. Em 31 de dezembro de 2010, os valores registrados eram R\$ 15.404 na Companhia, R\$ 6.338 na CTBC Celular e R\$ 6.892 na CTBC Multimídia, totalizando R\$ 28.634 no consolidado.

c. Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício, respeitando o limite máximo de 20% do capital social. O montante de reserva legal atual é de R\$ 19.632 em 31 de dezembro de 2011 (12.748 em 2010), representando em dezembro de 2011, 7,2% do capital social da Companhia.

d. Reserva de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados foi reclassificado para reserva de lucros, em rubrica própria denominada “Reserva de retenção de lucros”, conforme disposição da Lei 11.638/2007, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração, com base em orçamento a ser aprovado em Assembleia de Acionistas.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

e. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos propostos pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstrados a seguir:

	Individual	
	2011	2010
Resultado líquido do exercício	133.899	116.203
Ajuste dos juros sobre capital próprio	3.765	7.150
Resultado líquido do exercício – ajustado	137.664	123.353
Reserva legal - 5%	(6.883)	(6.168)
Resultado base para distribuição de dividendos	130.781	117.185
Dividendos	32.695	41.472
Adicional 10% de dividendos para ações preferenciais	562	712
Total dos dividendos a distribuir	33.257	42.184
Juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte	(3.666)	(6.078)
Dividendos propostos	29.591	36.106

	Individual	
	2011	2010
Dividendos por classes de ações		
Dividendos - Ações ordinárias (281.933 ações):		
Valor unitário (em R\$)	96,05	121,83
Total ON	27.080	34.349
Dividendos - Ações preferenciais (58.464 ações):		
Valor unitário (em R\$)	105,66	134,02
Total PN	6.177	7.835
Total dos dividendos (340.397 ações)	33.257	42.184

Por proposta da Administração foram creditados juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”) nos termos da Lei nº 9.249/95, tendo sido contabilizados em despesas financeiras conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos de despesas financeiras e estão sendo apresentados no patrimônio líquido como destinação de lucros do exercício. Os juros sobre capital próprio foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório pelo valor líquido do imposto de renda na fonte.

Notas Explicativas**Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Consolidado e Individual****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

f. Ajuste de avaliação patrimonial

Na transição das práticas contábeis anteriores para o IFRS/CPCs foram atribuídos custos aos ativos imobilizados alocados nas classes de terrenos e edificações das controladas Algar Tecnologia, Engeset e Algar Mídia, de forma a refletir o valor justo desses ativos na data de adoção dos novos pronunciamentos do CPC. A Companhia registrou na conta ajuste de avaliação patrimonial o efeito reflexo dos ajustes realizados nas controladas. A realização do ajuste de avaliação patrimonial para lucros acumulados ocorre na proporção da realização do ativo imobilizado correspondente.

20 Benefícios a empregados - Plano de Aposentadoria Algar-Prev

A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um Plano de Aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev.

Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos:

- a. Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente;
- b. Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a contribuição relativa à parcela da Companhia foi de aproximadamente R\$ 1.283 (R\$ 1.005 em 2010) e no consolidado foi de R\$ 2.241 (R\$ R\$1.690 em 2010).

21 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro 2011 e 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorreram de transações da Companhia com sua controladora, empresas controladas, coligadas, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

A controladora direta da Companhia é a Algar S.A., que também é a sua controladora final.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

As transações entre as companhias do grupo abrangem as operações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços, assim como certas transações de recursos financeiros, conforme detalhado abaixo nas respectivas rubricas contábeis:

		Consolidado		Individual	
	Ref.	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante					
CTBC Celular	(a)	-	-	8.701	3.882
CTBC Multimídia	(a)	-	-	8.567	617
Algar Tecnologia	(a)	-	-	1.600	3.801
Image	(a)	-	-	2.301	1.894
Engeset	(a)	-	-	1.419	1.848
Algar Mídia	(a)	-	-	951	-
Algar S.A	(a)	286	4.619	210	200
RQ Empar	(a)	-	27	-	-
Space	(a)	125	18	-	-
ABC Inco	(a)	1.452	1.763	1.149	1.149
Outros	(a)	109	8	-	-
Ativo não circulante					
CTBC Celular	(b)	-	-	36.649	-
CTBC Multimídia	(c)	-	-	335	-
Image	(c)	-	-	96	-
Algar S.A	(d)	2.805	2.662	2.805	2.662
Passivo circulante					
CTBC Celular	(e)	-	-	2.978	768
CTBC Multimídia	(e)	-	-	152	2
Algar Tecnologia	(e)	-	-	271	2.000
Engeset	(e)	-	-	1.667	2.805
Algar Mídia		-	-	42	-
Algar S.A	(f)	30.121	26.395	29.419	27.210
RQ Empar	(e)	-	192	-	-
Space	(e)	172	487	-	-
ABC Inco	(e)	-	-	-	254
Passivo não circulante					
Engeset				3.202	

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

		Consolidado		Individual	
	Ref.	2011	2010	2011	2010
Receita					
CTBC Celular	(g)	-	-	23.714	26.243
CTBC Multimídia	(g)	-	-	7.665	8.694
Algar Tecnologia	(g)	-	-	2.075	3.327
Algar S.A	(g)	3096	1.564	-	833
RQ Empar	(g)	15	272	-	-
Space	(g)	221	310	-	-
ABC Inco	(g)	2.101	3.068	-	-
Outros	(g)	278	292	-	-
Custo					
CTBC Celular	(h)	-	-	(43.081)	(46.285)
CTBC Multimídia	(h)	-	-	(14.425)	(13.667)
Algar Tecnologia	(i)	-	-	(29.811)	(25.729)
Engeset	(j)	-	-	(27.993)	(31.469)
Space	(k)	(22.364)	(19.396)	(13.551)	(12.456)
Outros	(l)	-	-	(266)	(12)

(a) Refere-se a contas a receber sobre prestação de serviços de telecomunicações, créditos por repasses de gastos e dividendos a receber;

(b) Refere-se a operação de mútuo com a controlada CTBC Celular para investimentos previstos em seus negócios;

(c) Refere-se a assunção de dívidas de parcelamento de tributos federais de empresas do grupo. Inclui também custos de compartilhamento de implementação do sistema R12 da Oracle;

(d) Refere-se a valores a serem recebidos pela Holding pelo repasse de recursos;

(e) Serviços de engenharia, atendimento, interconexão e outros contratados junto a empresas do grupo;

(f) Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar;

(g) Refere-se à receita de prestação de serviço de telefonia a empresas do grupo;

(h) Refere-se à prestação de serviços de interconexão fixo-móvel, serviços de EILD, comunicação convergente em banda larga e acesso a internet banda larga, *co-location e hosting*;

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

(i) Serviço de telemarketing ativo e receptivo, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*;

(j) Refere-se a serviço de administração e armazenagem de estoque, obra de fibra óptica, manutenção de redes, manutenção e operação de planta interna, manutenção de telefonia rural e instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos;

(k) Refere-se a serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, manobrista, locação de equipamentos de monitoramento, organização e guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; e

(l) Refere-se principalmente a despesas de locação de imóveis.

Avais e fianças:

2011			
Empresa	Garantidor	Instituição Financeira	Saldo Devedor
CTBC Telecom	Algar S/A	BDMG	34.605
		BNDES	100.385
		HSBC	60.027
		Itaú BBA	40.829
		Saфра	32.843
CTBC Celular	Algar S/A	Unibanco	379
	Algar S/A e CTBC Telecom	Saфра	20.211
		BDMG	34.756
		BNDES	15.075
	CTBC Telecom	CEF	29.009
		IBM	1.268
CTBC Multimídia	Algar S/A	Itaú BBA	2.410
	Algar S/A e CTBC Telecom	Banco do Brasil	1.264
		BDMG	1.086
		BNDES	13.221
		IBM	34.458
Image	Algar S/A e CTBC Telecom	Rabobank	3.774
		BDMG	557
	CTBC Telecom	BNDES	5.116
Algar Tecnologia	CTBC Telecom	IBM	272
		Banco do Brasil	18.525
	Synos	IBM	26.100
		HSBC	922
Engeset	CTBC Telecom	Saфра	190
		Banco do Brasil	4.578
		IBM	8.106
Algar S/A	CTBC Telecom	Itaú BBA	19.640

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Remuneração dos administradores

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários são computadas como despesas gerais e administrativas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Salários e outros benefícios de curto prazo	13.393	12.520	7.996	7.687

22 Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Telefonia fixa	969.966	958.390	1.003.575	996.815
Telefonia celular	302.044	303.332	-	-
Dados autorização	309.874	244.832	-	-
TV por assinatura	77.195	34.389	-	-
BPO/TI e consultoria	392.748	316.370	-	-
Listas e guias telefônicas	42.417	38.920	-	-
Engenharia de redes	62.256	48.540	-	-
Receita operacional bruta	2.156.500	1.944.773	1.003.575	996.815
Impostos e deduções	(474.342)	(434.029)	(258.250)	(257.497)
Receita operacional líquida	1.682.158	1.510.744	745.325	739.318

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

23 Custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	(365.179)	(294.612)	(27.612)	(30.413)
Materiais	(21.128)	(20.010)	(7.158)	(6.582)
Serviços de terceiros	(139.442)	(112.124)	(71.951)	(70.541)
Custos de interconexão	(210.077)	(220.013)	(185.585)	(191.114)
Meios de conexão - EILD	(39.696)	(29.561)	(31.403)	(23.783)
Depreciação e amortização	(125.448)	(133.026)	(56.716)	(70.706)
Leasing	(764)	(655)	-	-
Custo das mercadorias vendidas	(19.824)	(19.799)	(59)	(217)
Outros	(84.166)	(53.315)	(21.509)	(27.794)
	(1.005.724)	(883.115)	(401.993)	(421.150)

24 Despesas com vendas

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	(113.436)	(97.524)	(44.489)	(39.775)
Materiais	(1.724)	(1.939)	(622)	(799)
Serviços de terceiros	(99.954)	(101.429)	(57.634)	(57.144)
Depreciação e amortização	(2.681)	(2.601)	(2.040)	(1.880)
Outras	(26.099)	(20.876)	(12.839)	(12.121)
	(243.894)	(224.369)	(117.624)	(111.719)

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

25 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Pessoal	(66.351)	(58.587)	(32.777)	(32.307)
Materiais	(1.073)	(601)	(562)	(361)
Serviços de terceiros	(78.205)	(73.863)	(42.416)	(41.394)
Depreciação e amortização	(16.686)	(14.599)	(11.449)	(11.198)
Leasing	(1)	-	-	-
Outras	(7.211)	(5.579)	(3.978)	(3.886)
	<u>(169.527)</u>	<u>(153.229)</u>	<u>(91.182)</u>	<u>(89.146)</u>

26 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Receita de aplicação financeira	15.891	13.971	7.443	8.081
Juros de contas recebidas em atraso	5.567	5.173	2.395	2.812
Juros sobre impostos, taxas e contribuições	6.738	8.969	3.777	6.894
Outras receitas financeiras	3.239	7.159	501	804
Total das receitas financeiras	<u>31.435</u>	<u>35.272</u>	<u>14.116</u>	<u>18.591</u>
Juros sobre empréstimos	(41.495)	(37.525)	(18.029)	(17.722)
Juros sobre debêntures	(28.240)	(26.007)	(32.071)	(26.007)
Variações cambiais passivas, líquidas	(7.351)	(7.952)	(3.783)	(4.316)
Descontos concedidos	(6.297)	(5.721)	(3.204)	(2.752)
Encargos s/ provisões, impostos e taxas	(18.017)	(11.931)	(3.535)	(5.311)
Taxas e tarifas bancárias	(14.888)	(9.861)	(4.456)	(5.363)
Outras despesas financeiras	(2.599)	(3.561)	(6.157)	(1.260)
Total das despesas financeiras	<u>(118.887)</u>	<u>(102.558)</u>	<u>(71.235)</u>	<u>(62.731)</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(87.452)</u>	<u>(67.286)</u>	<u>(57.119)</u>	<u>(44.140)</u>

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

27 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Consolidado		Individual	
	2011	2010	2011	2010
Despesas com concessão	(4.782)	(7.279)	(3.355)	(4.660)
Provisões	(35.217)	(14.609)	(20.323)	(9.594)
Reversão de provisões	5.444	14.557	1.421	6.156
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	10.929	12.027	8.004	7.338
Ganho na venda de imobilizado	3.043	956	1.151	362
Outras receitas (despesas), líquidas	23.075	2.783	10.923	771
	2.492	8.435	(2.179)	373

28 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia tem exposição aos seguintes riscos através de seu uso de instrumentos financeiros:

- Riscos de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

28.1 Considerações

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis em títulos de investimento.

a.1 - Contas a receber de clientes

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de trinta dias, e com mais de sessenta dias ocorre o bloqueio total. Exceções compreendem somente serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pago e indutivos, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

O acesso dos clientes de prestação de serviços de telefonia móvel celular da controlada CTBC Celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta não é paga há mais de quinze dias, e com mais de trinta dias ocorre o bloqueio total.

O risco de crédito de contas a receber de prestação de serviços da CTBC Celular é diversificado. A CTBC Celular mantém limites de crédito para os revendedores de aparelhos celulares e distribuidores de cartões pré-pago que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, com garantias de nota promissória e outras garantias reais.

O risco de crédito relativo às prestações de serviços da Algar Tecnologia, bem como o risco de concentração da receita em poucos clientes são minimizados através de uma análise de crédito definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação.

A mesma política é utilizada para análise de crédito abrangendo as demais controladas, sendo definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Porém, a Administração da Companhia também considera estes riscos, levando em consideração os riscos por região, através de históricos de créditos com liquidação duvidosa. O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber, apresenta os seguintes aspectos por empresa:

Na Companhia e nas controladas CTBC Celular, CTBC Multimídia, Algar Mídia e Image - as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Para as controladas Algar Tecnologia e Engeset, segue a demonstração da dependência do Grupo e concentração de receita:

Controlada	Receita intra grupo econômico		Concentração da receita		
	2011	2010	Clientes	2011	2010
Algar Tecnologia	12%	15%	3	40%	44%
Engeset	46%	58%	4	81%	87%

A administração estabeleceu políticas de créditos sob as quais os clientes são analisados individualmente visando a um tratamento adequado para as diversas situações identificadas, tendo por base uma análise de crédito eficaz.

a.2 - Garantias

As políticas internas do Grupo Algar prevêm a prestação de garantias financeiras entre as empresas ligadas, sempre com base em análise criteriosa da operação realizada, bem como da viabilidade para as empresas envolvidas. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas CTBC Celular, a CTBC Multimídia e a controladora Algar S.A. eram garantidoras de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras. (nota explicativa 21)

b. Risco de liquidez

A Administração da Companhia gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

Consolidado					
2011					
Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	504.726	650.454	273.925	326.677	49.852
Debêntures	227.377	257.290	180.037	77.253	-
Passivo de arrendamento financeiro	4.736	4.887	4.570	317	-
Autorização ANATEL e fornecedores de equipamentos	24.870	39.058	11.002	21.302	6.755
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizadas para <i>hedge</i>	53.054	67.459	-	67.459	-
Total	814.763	1.019.148	469.534	493.008	56.607

Individual					
2011					
Valor Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros não derivativos					
Empréstimos e financiamentos	298.855	384.318	159.706	198.696	25.915
Debêntures	227.377	257.290	180.037	77.253	-
Passivo de arrendamento financeiro	4.158	4.187	4.187	-	-
Fornecedores de equipamentos	339	339	339	-	-
Passivos financeiros derivativos					
Swaps de taxa de juros utilizadas para <i>hedge</i>	32.843	41.760	-	41.760	-
Total	563.572	687.894	344.269	317.709	25.915

A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c. Risco de mercado

Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios.

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio, sendo todos eles registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. São contratados aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, além de instrumentos financeiros derivativos (“Swap”).

c.1 - Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros.

A exposição a variações de moeda estrangeira (dólar norte-americano), registrada nas demonstrações financeiras consolidadas, está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	2011	2010
Passivos em moeda estrangeira:		
Empréstimos e financiamentos	53.054	3.115
Fornecedores	2.610	3.747
	55.664	6.862

- Análise de sensibilidade – câmbio

Como a Companhia possui somente instrumentos de *Swap* para proteção de sua dívida financeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro de *Swap* em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia e suas controladas, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

- Análise de sensibilidade – taxa de juros

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2011, apurando-se o impacto nas despesas financeiras no período de 1 ano, conforme segue:

Variável de risco	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	Aumento do CDI	38.352	47.940	57.528

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI (%)	10,87	13,59	16,31

d. Riscos operacionais

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas da Companhia, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia.

A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da Alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela Auditoria Interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

28.2 Gestão de capital

A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de Capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado.

Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

custos incorridos.

A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. O Comitê Diretor da Companhia vem realizando trabalhos, em conjunto com o departamento de Auditoria Interna, a fim de implementar políticas para que não haja contratação de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (“*hedge*”) considerados padrão e com riscos conhecidos (“*plain-vanilla*” no termo em inglês). Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

a. Valores estimados de mercado

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas para estimar a divulgação do valor justo de seus instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2011.

Caixa e equivalentes de caixa - estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil.

Contas a receber - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas. Os valores originais se assemelham aos valores justos na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Títulos a receber de partes relacionadas - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, conforme descrito na Nota Explicativa 20.

Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira) - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Instrumentos financeiros derivativos - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

b. Endividamento financeiro

Ativo	Consolidado					
	2011			2010		
	Moedas			Moedas		
	Nacional	Estrangeira	Total	Nacional	Estrangeira	Total
Caixa e equivalentes de caixa	178.253	-	178.253	189.991	-	189.991
Créditos com partes relacionadas	1.445	-	1.445	4.393	-	4.393
Total do circulante	179.698	-	179.698	194.384	-	194.384
Créditos com partes relacionadas	1.749	-	1.749	1.533	-	1.533
Total do não circulante	1.749	-	1.749	1.533	-	1.533
Total do ativo	181.447	-	181.447	195.917	-	195.917
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	100.522	-	100.522	116.623	3.115	119.738
Debêntures	84.520	-	84.520	49.721	-	49.721
Fornecedores de equipamentos	339	-	339	9.599	-	9.599
Total do circulante	185.381	-	185.381	175.943	3.115	179.058
Empréstimos e financiamentos	408.940	53.054	461.994	274.107	-	274.107
Debêntures	142.857	-	142.857	214.286	-	214.286
Fornecedores de equipamentos	-	-	-	-	-	-
Autorização serviços de telecom a pagar	24.530	-	24.530	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Total do não circulante	576.327	53.054	629.381	488.393	-	488.393
Total passivo	761.708	53.054	814.762	664.336	3.115	667.451
Dívida líquida financeira	580.261	53.054	633.315	468.419	3.115	471.534

c. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho *nonperformance risk*, incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “input” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Descrição	Consolidado-2011			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (swap)	-	53.054	-	53.054

Descrição	Individual-2011			
	Nível1	Nível2	Nível3	Total
Passivo				
Empréstimos e financiamentos (swap)	-	32.843	-	32.843

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

c.1 - Operações com derivativos

Em complemento as divulgações requeridas pela Orientação Técnica OCPC-03, emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC (a qual substitui o Pronunciamento Técnico nº14, revogado), a CVM, através da Instrução nº 475, emitida em 17 de dezembro de 2008, estabeleceu que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo em seu balanço patrimonial.

A Companhia e as controladas mantêm controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos, que na opinião da Administração são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado.

A Companhia realiza operações de *Swap* de moeda com o objetivo de reduzir as eventuais perdas decorrentes da desvalorização do real em relação ao dólar norte-americano, sem nenhum caráter especulativo.

A Administração da Companhia considera que os instrumentos derivativos contratados não são sofisticados e, portanto, a Companhia vem utilizando a OCPC-03 (orientação citada acima) para fins de mensuração, apresentação e evidência dos instrumentos. Com isso, a Companhia não aplica os pronunciamentos técnicos, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, CPC-38, CPC-39 e CPC-40, que tratam da mensuração, apresentação e evidência dos instrumentos financeiros derivativos sofisticados.

As operações de *swap* possuem a sua posição ativa e passiva estimadas de acordo com as condições de mercado, trazidas a valor presente. A diferença decorrente de variações entre as posições ativas e passivas dos contratos de *Swap* resulta no valor justo desse derivativo no período correspondente.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia detinha duas operações de *swap*, ativa em dólar mais 6,41% ao ano e passiva em CDI mais 1,84% ao ano, sobre o valor nominal de R\$ 52.500 (R\$ 2.524 em 2010), contratada com banco de primeira linha e registrada na CETIP.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

O contrato de *swap* possui as seguintes características e valores líquidos, segregados por componente ativo e passivo:

	Valor Nominal		Valor Justo	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
<i>Swap:</i>				
Ativo	52.500	2.524	59.230	1.950
Passivo	(52.500)	(2.524)	(56.636)	(2.541)
	-	-	2.594	(591)

O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no exercício. O valor em risco do *swap*, calculado para o período mensal com 95% de confiabilidade, é de R\$ 4.295 (R\$ 47 em 2010).

Os ganhos e perdas nas operações decorrentes das diferenças nas variações das taxas contratadas sobre as taxas de *swap* são registrados no resultado do exercício pelo regime de competência como variação cambial. Com base nas taxas efetivas, em 31 de dezembro de 2011, o valor justo de todas as modalidades de *swap* totalizava o valor a receber de R\$2.594 (R\$ 591 em 2010), consolidado, já registrado na rubrica de empréstimos e financiamentos em contrapartida de despesas financeiras.

Apresentamos abaixo a operação de *swap*, por ano de vencimento de parcela de principal. Os valores justos se referem aos valores presentes de principal e de juros:

Vencimento	Swap – Ativo		Swap – Passivo	
	USD + 6,41% a.a.		100% CDI + 1,84%a.a.	
	Nominal	Valor justo	Nominal	Valor justo
2014	17.500	19.561	17.500	(18.542)
2015	17.500	19.780	17.500	(18.877)
2016	17.500	19.890	17.500	(19.217)
	52.500	59.231	52.500	(56.636)

A Companhia e suas controladas tem como política não contratar instrumentos financeiros em que algum valor e/ou tipo de margem sejam dados em garantia. Ademais, os instrumentos financeiros ora indicados não têm efeitos no patrimônio líquido da Companhia ou de suas controladas.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de

Notas Explicativas**Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Consolidado e Individual****Notas explicativas às demonstrações financeiras**

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (“*covenants*”) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

29 Informações por segmento***(a) Telecom***

Representando a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; e (vi) TV por assinatura.

(b) Relacionamento com o cliente/BPO e TI

É operacionalizado pela Algar Tecnologia que atua na prestação de serviços de *contact center*, BPO (*Business Process Outsourcing*) e soluções em TI.

(c) Negócios complementares

Incluem serviços de construção e manutenção de redes de telecomunicações e listas e guias telefônicos.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

As principais informações por segmento de negócio, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

	Telecom	BPO/TI e Consultoria	Negócios Comple-mentares	Eliminações	Consolidado
Ativos circulante	366.453	81.905	62.087	(14.869)	495.576
Caixa e equivalentes de caixa	161.488	10.236	6.528	-	178.252
Contas a receber	146.827	55.724	43.038	(5.861)	239.728
Impostos a recuperar	24.392	12.993	2.424	-	39.809
Outros ativos circulantes	33.746	2.952	10.097	(9.008)	37.787
					-
Ativo não circulante	1.435.808	216.785	70.887	(165.845)	1.557.635
Depósitos judiciais	66.859	15.965	2.916	-	85.740
Impostos a recuperar	29.531	371	-	-	29.902
Imposto de renda e contribuição social diferidos	89.660	12.451	5.668	-	107.779
Outros ativos não circulantes	4.638	227	89	(1.122)	3.832
Investimentos	164.747	-	72	(164.723)	96
Imobilizado	879.865	141.830	45.898	-	1.067.593
Intangível	200.508	45.941	16.244	-	262.693
Total do ativo	1.802.261	298.690	132.974	(180.714)	2.053.211
Passivo circulante	415.901	94.457	45.802	(10.016)	546.144
Empréstimos e financiamentos	80.083	16.042	4.397	-	100.522
Debentures	84.520	-	-	-	84.520
Fornecedores	91.494	18.943	12.160	(6.008)	116.589
Salários e encargos sociais	42.903	48.922	16.066	-	107.891
Impostos taxas e contribuições	40.518	5.212	3.849	-	49.579
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	37.740	1.650	2.360	(4.008)	37.742
Outros passivos circulantes	38.643	3.688	6.970	-	49.301
Passivo não circulante	807.102	90.623	29.248	(5.974)	920.999
Empréstimos e financiamentos	419.026	34.152	8.816	-	461.994
Debêntures	142.857	-	-	-	142.857
Autorização de serviços de telecomunicações a pagar	24.530	-	-	-	24.530
Imposto de renda e contribuição social diferidos	47.013	12.558	2.922	-	62.493
Provisões	142.513	35.101	9.309	-	186.923
Outros passivos não circulantes	31.163	8.812	8.201	(5.974)	42.202
Patrimônio líquido	579.258	113.610	57.924	(164.724)	586.068
Total do passivo e patrimônio líquido	1.802.261	298.690	132.974	(180.714)	2.053.211

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central

Consolidado e Individual

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto onde estiver especificado de outra forma)

	Telecom	BPO/TI e Consultoria	Negócios Comple-mentares	Eliminações	Consolidado
Receita bruta	1.667.019	444.663	149.506	(104.688)	2.156.500
(-) Impostos e deduções	(432.825)	(28.728)	(12.789)	-	(474.342)
Receita operacional líquida	1.234.194	415.935	136.717	(104.688)	1.682.158
Custos e despesas operacionais	(872.434)	(379.881)	(123.879)	105.114	(1.271.080)
EBITDA	361.760	36.054	12.838	426	411.078
Depreciações e amortizações e leasing	(124.624)	(16.288)	(4.667)	-	(145.579)
EBIT	237.136	19.766	8.171	426	265.499
(Despesas) receitas financeiras, líquidas	(78.386)	(9.306)	239	-	(87.453)
Equivalência patrimonial	17.308	-	-	(17.308)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	176.058	10.460	8.410	(16.882)	178.046
Imposto de renda e contribuição social	(31.682)	(3.515)	1.527	-	(33.670)
Resultado líquido	144.376	6.945	9.938	(16.882)	144.376

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratarem cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das demonstrações financeiras intermediárias e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais, era composta por R\$ 1.517.966 para danos materiais, R\$ 1.416.855 para lucros cessantes, R\$ 5.000 para responsabilidade civil e R\$ 1.206 para *Performance Bond*, consolidado.

31 Eventos subsequentes

Em 3 de janeiro de 2012, a controlada Alga Tecnologia firmou contrato de financiamento com BNDES, no montante de R\$ 68.000, com a primeira liberação dos recursos financeiros realizada em 27 de janeiro de 2012, no valor de R\$ 35.000. O prazo desse contrato é de 6 anos e 6 meses, sobre o qual incidem juros correspondentes à TJLP + 3,28% a.a.

O contrato estabelece índices máximos de endividamento e índices mínimos para cobertura de dívida, os quais devem ser mantidos pela controlada Algar Tecnologia durante toda a vigência do respectivo contrato, iniciando-se no exercício de 2012.

Notas Explicativas

Companhia de Telecomunicações do Brasil Central Consolidado e Individual

Conselho de Administração

Presidente - Luiz Alberto Garcia
Vice-Presidente – Luiz Alexandre Garcia

Membros:

Alexandrino Garcia Neto
Elaine Garcia Melgaço
Helio Marcos Machado Graciosa
Walter Fontana Filho
Darc Antonio da Luz Costa
Geraldo Sardinha Pinto Filho
Ozires Silva

Diretoria

Diretor Presidente - Divino Sebastião de Souza
Diretor de Governança e Estratégia - Jean Carlos Borges
Diretora Financeira e de Relações com Investidores - Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora de Talentos Humanos - Marineide da Silva Peres
Diretor de Operações e Tecnologia - Luis Antonio Andrade Lima
Diretor de Marketing - Vago
Diretor Comercial de Varejo - Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Comercial de Empresas - Marcio Estefan

Contador

Carlos Henrique Vilarinho
CRC-MG 092.659/O-3

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
Companhia de Telecomunicações do Brasil Central
Uberlândia – MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central (“Companhia”), identificadas como Individual e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na Nota Explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 17 de fevereiro de 2012

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6-F-MG

Jean Paraskevopoulos Neto
Contador CRC SP 193.052/O-0-S-MG

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central após procederem ao exame do relatório da administração e das demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2011 verificaram a exatidão de todos os elementos apreciados e, à vista do parecer sem ressalvas da KPMG Auditores Independentes, entendem que esses documentos refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas no período.

Presidente: Gilberto Saramago Gatti

Secretário: Geraldo Batista Caetano

Membro: Dilson Dalpiaz Dias

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores e as demonstrações financeiras

Em cumprimento à Lei, a diretoria estatutária da Companhia informa que reviu, discutiu e concorda com as suas demonstrações financeiras ora disponibilizadas. Adicionalmente, os diretores tomaram conhecimento do parecer emitido pela empresa de auditores independentes que atende a Companhia e, após terem revisado e discutido o mesmo, expressam aqui sua concordância.

Uberlândia, 17 de fevereiro de 2012.

Divino Sebastião de Souza
Diretor Presidente

Jean Carlos Borges
Diretor de Governança e Estratégia

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Marineide da Silva Peres
Diretora de Talentos Humanos

Luis Antonio Andrade Lima
Diretor de Operações e Tecnologia

Vago
Diretor de Marketing

Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Comercial de Varejo

Marcio Estefan
Diretor Comercial de Empresas

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores e as demonstrações financeiras

Em cumprimento à Lei, a diretoria estatutária da Companhia informa que reviu, discutiu e concorda com as suas demonstrações financeiras ora disponibilizadas. Adicionalmente, os diretores tomaram conhecimento do parecer emitido pela empresa de auditores independentes que atende a Companhia e, após terem revisado e discutido o mesmo, expressam aqui sua concordância.

Uberlândia, 17 de fevereiro de 2012.

Divino Sebastião de Souza
Diretor Presidente

Jean Carlos Borges
Diretor de Governança e Estratégia

Tatiane de Souza Lemes Panato
Diretora Financeira e de Relações com Investidores

Marineide da Silva Peres
Diretora de Talentos Humanos

Luis Antonio Andrade Lima
Diretor de Operações e Tecnologia

Vago
Diretor de Marketing

Osvaldo Cesar Carrijo
Diretor Comercial de Varejo

Marcio Estefan
Diretor Comercial de Empresas